

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PARA PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL**

ANDRÉ LUÍZ DE SOUZA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CENTROS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES
EM CONFLITOS COM A LEI NA CIDADE DE FORTALEZA-CE.**

**FORTALEZA
2012**

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NOS CENTROS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES
EM CONFLITOS COM A LEI NA CIDADE DE FORTALEZA-CE.**

Monografia apresentada a Faculdade de Educação, com
requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Educação de Jovens e Adultos do Sistema Prisional.

Orientador: Prof. Elton Gurgel.

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovado em ___/___/___

Prof. Elton Gurgel
Orientador

André Luiz de Souza
Orientando

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^ª. Dr^ª. Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade demonstrar a educação física e sua atuação nos centros educacionais para adolescentes em conflito com a lei na cidade de Fortaleza analisando seu aspecto pedagógico, social e histórico com foco na formação do adolescente, tendo a criança como ponto de partida na formação do adolescente em conflito com a lei contextualizando o meio social em ele vivia e o meio social em que ele vive agora no centro educacional, local que o adolescente cumpre medida socioeducativa e tem na educação física uma disciplina diferente onde o aluno pode demonstrar suas habilidades físicas dentro e fora da sala de aula, nas áreas desportivas do centro educacional como quadra poliesportiva e campo de futebol. Durante a pesquisa foram realizadas visitas aos centros educacionais para colher informações sobre a didática educacional, cotidiano dos adolescentes e histórico dos centros. Na didática educacional são usados os preceitos da educação de jovens e adultos (EJA) que faz uma abordagem direta no cotidiano do adolescente levando em conta sua vivencia destacando o que houve de bem e esclarecendo os motivos que o levaram a situação que ele se encontra no momento e dando-lhe suporte para o retorno a sociedade em busca de sua autonomia. Também foram feitas algumas visitas à secretaria do trabalho e desenvolvimento social (STDS) onde foram disponibilizadas informações como históricos dos centros educacionais e pesquisas realizadas nesta área.

Palavras chaves: Educação física, sistema socioeducativo, adolescentes em conflito com a lei e educação de jovens e adultos (EJA).

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO.....	6
1 EDUCAÇÃO FÍSICA	8
1.1 Definições.....	14
1.2 Educação Física e a Criança.....	17
1.3 Educação Física e o Adolescente em Conflito com a Lei.....	22
2 CENTROS EDUCACIONAIS NA CIDADE DE FORTALEZA	29
2.1 Historicos dos Centros Educacionais de Fortaleza.....	30
2.1.1 Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro (URLBM).....	30
2.1.2 Centro Educacional São Miguel (CESM)	31
2.1.3 Centro Educacional São Francisco (CESF).....	32
2.1.4 Centro Educacional Dom Bosco (CEDB)	33
2.1.5 Centro Educacional Patativa Do Assaré (CEPA).....	35
2.1.6 Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL)	36
2.1.7 Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CABM).....	37
2.1.8 Centro De Semiliberdade Mártir Francisca (CSMF).....	39
2.1.9 Centro Educacional Do Passaré (CEP).....	40
3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO PARA A APRENDIZAGEM NOS CENTROS EDUCACIONAIS	41
3.1 A Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	50
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende demonstrar a atuação da educação física nos centros educacionais para adolescentes em conflito com a lei, revelando uma educação física completamente voltada para atender esse grupo de jovens de maneira especial, usando métodos multidisciplinares pedagógicos, psicológicos e sociais com apoio dos técnicos dos centros, família e comunidade formando um elo social para contribuir com a inserção deste jovem ao convívio social que o mesmo pertencia.

A educação física está presente na vida humana desde a pré-história quando o homem praticava atividades físicas de forma natural, pois nesta época sua grande necessidade era sobreviver em um ambiente que os grandes animais dominavam e ao homem frágil e pequeno, sem garras e com força bem inferior, restava-lhe apenas a inteligência e a aptidão física para conseguir alimentos, defender-se e atacar quando necessário. Com a evolução do homem, a educação física veio junto despertando ainda mais sua inteligência, nisso podemos citar a caça como exemplo, pois o homem observava sua presa e esperava o melhor momento para se utilizar de instrumentos rudimentares como a lança para atingir o alvo, e a corrida para alcançá-lo e assim de maneira simples dava origem às atividades físicas mesmo de forma inconsciente. Essas atividades foram utilizadas por muitos povos da antiguidade, principalmente na área militar, como na Grécia, Pérsia e Roma, nas guerras que eram travadas naquela época. Já nos tempos de paz estas atividades eram utilizadas para manter a forma física dos soldados e exaltar suas conquistas perante o inimigo. Os exercícios físicos eram ligados à força e ao vigor, muitas vezes o cidadão só era visto como bom se tivesse um corpo atlético, essa era visão do povo Grego e tal pensamento perpetuou por muito tempo. Os Ingleses viam nobreza nos cavaleiros, os quais disputavam batalhas e torneios de cavalaria.

Com o passar do tempo, a atividade física passa a ter um caráter educativo, voltado para a saúde do corpo e da mente, sendo usada em escolas para promover a socialização dos alunos através do esporte e desenvolver uma cultura de saudável, deixando de lado o empirismo e se profissionalizando cientificamente nas faculdades satisfazendo a necessidade mundial de uma cultura esportiva de rendimento onde se trabalha o potencial máximo do atleta, para satisfazer questões financeiras ou ideológicas de países que querem manter a sua hegemonia física acima das demais. Em contrapartida, hoje, a educação física

vem desmistificando esta cultura de rendimento, dando ênfase à educação física escolar de forma teórica que junto às demais disciplinas visam melhorar a vida do ser humano como um todo, numa visão holística que pode ser usada em todos os países sejam eles ricos ou pobres.

Uma das participações da educação física no meio social é a praticada nos Centros Educacionais para Adolescentes em conflito com a Lei, e essa participação demonstra que a disciplina de educação física aplicada de forma teórica e prática vem ajudando no desenvolvimento do adolescente dentro dos centros, onde a parte lúdica ajuda o adolescente a ter noções de regras sociais que antes eles não adquiriram no meio social de onde vieram, e através dos ensinamentos esportivos eles começam aprender a diminuir a agressividade que era comum na comunidade onde viviam e passam a adquirir novos conhecimento e valores antes não conhecidos por eles devido ao meio do qual ele fazia parte, uma vez que dados colhidos na Secretaria do Trabalho do Desenvolvimento Social indicam que grande parte de familiares desses adolescentes também respondem por delitos graves perante a Lei.

Os Centros Educacionais possuem equipes disciplinares onde a parte pedagógica atua plenamente e de maneira conjunta com os professores de educação física promovendo eventos e criando programas que envolvem os adolescentes, a família, os funcionários e a comunidade em atividades culturais, esportivas e religiosas para o fortalecimento do vínculo do adolescente com a família e a comunidade passando para os mesmos valores que foram perdidos durante o tempo que ele fazia parte do mundo do crime, a fim de socializá-lo e transforma-lo em um agente de difusor, o qual retornará ao meio familiar com informações que venham a ser úteis para melhorar o meio familiar e social que ele vive.

1 EDUCAÇÃO FÍSICA

A história dos exercícios físicos, segundo a nossa compreensão, é escola de cultura e de educação. Ela nos ensina a conhecer a humanidade de forma atraente e cheia de beleza, por meio de acontecimentos, coisas e pessoas, entrosando-se nos diferentes aspectos sociais, políticos e militares da história da civilização, ocupando um lugar definitivo e sugestivo, pois o conhecimento do passado é chave para entendermos e compreendermos o presente e o futuro.

No decorrer da história, acompanhando a ascensão do homem, documentada, sobretudo, no mundo ocidental, pode-se afirmar que a prática dos exercícios físicos vem da Pré-história, afirma-se na Antiguidade, estaciona na Idade Média, fundamenta-se na idade Moderna e sistematiza-se nos primórdios da Idade Contemporânea. Com o passar do tempo foi se tornando mais desportiva e universalizou seus conceitos nos nossos dias e dirigiu-se ao futuro cheio de diferentes estilos, moldada pelas novas condições de vida e ambiente (Ramos, 1983).

O período Pré-histórico das civilizações foi marcado pelo aparecimento do homem e pela sua luta pela sobrevivência. O homem pré-histórico tinha sua vida marcada por duas grandes preocupações: atacar e defender-se. Ou seja, eles utilizavam mais os músculos do que o cérebro, no qual realizavam exercícios naturais, praticando de forma espontânea e ocasional uma verdadeira educação física. A forma de vida desses homens pré-históricos possibilitou melhor apurar seus sentidos, forças e habilidades. Baseado no “savoir faire”, que na tradução livre significa saber fazer, surgiu um exercício natural, cuja aprendizagem era realizada por ensaios e erros. Diversas práticas utilizadas na preparação guerreira dos jovens selvagens, pois as tribos impunham-se pela bravura guerreira. Pode-se dizer que desde os tempos mais remotos, os exercícios corporais, rudimentarmente sistematizados, faziam parte de atos respeitosos nas grandes festividades, utilizado também no culto aos mortos, principalmente a partir do período paleolítico, existiram expressões de jogos utilitários e recreativos. Tais práticas, como as de hoje, sempre tiveram seu próprio cerimonial e regras estabelecidas e, geralmente, tanto vencedores como vencidos aceitavam o resultado desportivamente. O aforismo vem das civilizações primitivas: “para ganhar é preciso saber perder”, forma muito antiga do atual “fair play” jogo limpo. As atividades físicas das

sociedades pré-históricas dentro dos aspectos natural, utilitário, guerreiro, ritual e recreativo objetivam a luta pela vida, os ritos e cultos, a preparação guerreira, as ações competitivas e as práticas recreativas (Ramos, 1983).

Na antiguidade o oriente se destaca nos exercícios físicos com a participação de quatro povos o hindu, o chinês, o japonês e o persa, encontramos validade dessa afirmação através dessas atividades físicas ioga, cong-fou, jiu-jitsu e pólo. No oriente as mais adiantadas populações indígenas do novo mundo faziam atividades físicas de forma rudimentar que eram direcionadas para sua sobrevivência na caça e na defesa do seu povo, por seus modos de vida organizados permite tira-los do quadro pré-histórico clássico.

Mesmo com fontes de consulta limitadas, as últimas décadas de 1960-1970, (Ramos, 1983), fez pesquisas sobre a prática dos exercícios físicos dos povos orientais, dando ênfase aos povos egípcios, assírios, babilônicos, hititas, persas e chineses. O povo egípcio revelou as práticas dos exercícios físicos muito antes do milagre grego, que ocupou brilhantemente um lugar na civilização que floresceu na terra dos faraós. Pode-se destacar que os desportos de maior aceitação foram: a luta livre, o boxe, a esgrima com bastão, a natação e o remo.

Os mesopotâmicos, em particular os assírios e babilônicos, cultivavam demasiadamente a força, a agilidade e a resistência, devido suas condições de vida, cheias de imprevistos e aventuras. Os hititas, povo de origem incerta, foram exímios cavaleiros. Eles deixaram um espetacular manual de treinamento hípico (Ramos, 1983).

Em países como Pérsia, Índia, China, Japão e outros povos, se opondo as práticas do mundo ocidental, as atividades físicas tinham caráter agonial, tido como um ritual ou preparação para vida. Suas competições surgiram de forma ocasional, como ponto auto dos torneios e festividades por eles realizados.

Podemos nos apoiar nos objetivos da educação física persa para reafirmarmos o que fora expressado, e verificamos ainda que a formação moral constituía a principal preocupação desse povo, que desde a infância, ensinavam a generosidade, a obediência e a moderação.

Na civilização ocidental, tudo de grandioso e belo tem os seus fundamentos no helenismo. O exercício corporal constituía meio para a formação do espírito e da alma. Platão, referindo-se a ginástica, afirmava que ela unia aos cuidados do corpo, o aperfeiçoamento do pensamento elevado, honesto e justo. Em Atenas a educação corporal tinha lugar de destaque, adquirindo padrões de eficiência educacional, fisiológica, terapêutica, estética e moral compatíveis, em meio as limitações da época e aos progressos de conquistas dos tempos atuais. Tudo era realizado, sem descuido da preparação militar, tendo vista a formação do cidadão integral. Os Espartanos tinham os exercícios físicos como características guerreiras, com objetivos puramente de preparo militar, cívica e de endurecimento do corpo, onde homens e mulheres eram subordinados a preparação semelhante (Ramos, 1983).

Entretanto, não só Atenas e Esparta, mas toda a Grécia era um campo de práticas desportivas, com bastante influencia da mitologia. Escritos e fragmentos da Antiga Grécia revelam um leque de atividades, acentuadamente de caráter competitivo. Embora fossem realizados sob múltiplos aspectos, os exercícios mais praticados eram realizados para a preparação dos atletas para os Grandes Jogos Olímpicos, Píticos, Nemeus e Ístmicos.

Roma se desenvolveu numa terra onde já havia duas civilizações com grande tradição nas atividades físicas, os etruscos ao norte e os gregos ao sul. Da Grécia Roma herdou a cultura, mas sua civilização se caracterizou pelo seu espírito prático e utilitário, os exercícios físicos para os romanos podem ser divididos em três períodos: o primeiro período, na monarquia os exercícios físicos eram de influência etrusca e visava somente à preparação militar. De começo, era o soldado empregado na defesa de Roma; o segundo período, nos tempos dos cônsules e do início das grandes conquistas, mais se acentuou a predominância guerreira da Grécia antiga com algumas modificações como a retirada da prática higiênica e desportiva; o terceiro período no tempo do império, entre a glória e a decadência mantiveram-se as práticas anteriores até certa época para passarem pouco a pouco aos soldados que sobravam em território romano. Com o abandono da política de guerra, todas as atividades físicas eram voltadas para os espetáculos circenses, tão cruéis e sanguinários como os combates de gladiadores, naumáquias (simulações de batalhas navais), corridas de carros e exercícios de salto sobre o touro (Ramos, 1983).

Os exercícios físicos na Idade Média, já enfraquecidos desde a decadência romana, perderiam mais ainda sua importância, restando práticas deturpadas e debilitadas,

carente de unidade pedagógica. Durante os séculos XI, XII e XIII, a Igreja organizou as Cruzadas que exigiam preparação militar, onde os exercícios físicos constituíam sua base. Entre os cavaleiros surgia a instituição das Justas e Torneios, substituindo os antigos jogos públicos da Grécia e de Roma. Os jogos tinham o objetivo de “enobrecer o homem e fazê-lo forte e apto”, também eram praticados para melhor adestramento dos cavaleiros, impondo boa prática de esgrima e equitação. Foram reaparecendo alguns exercícios úteis à guerra como o arco e flecha, a luta, a escalada, a marcha, a corrida e o salto. A justa era disputada entre dois cavaleiros, revestidos de armaduras pesadas, protegidos por escudos especiais e armados com lanças, tinham aspectos coletivos, bastante pomposos, sob a forma de combates entre dois partidos. Segundo Ramos (1983) apud Pierre de Coubertin, “a Idade Média conheceu um espírito desportivo de intensidade e brilho superiores àquele que conheceu a própria Antiguidade Grega”. Nesta época havia grande espírito de lealdade nas pelejas, que tinham lances de bravura, e isso valorizava o homem, diminuindo a brutalidade da tragédia e transformando-a em uma nobre áurea cavalheiresca. Ficou para o mundo, a conduta cavalheiresca, sinônimo de nobreza, lealdade e distinção (Ramos, 1983).

A Idade Moderna chega trazendo importantes acontecimentos trazendo aprimoramento na área da educação, onde exercícios físicos assumiram papel de alta significação. É nessa época que a educação física refletiu um passo seguro dado em busca do seu próprio conhecimento. A partir do século XVIII, o Ocidente começa a adotar as idéias clássicas, manifestando interesse pela vida natural e os exercícios são utilizados como agentes da educação, ainda que de maneira teórica e empírica. Não tendo sido criado um corpo de doutrina, não foi solucionado, objetivamente, o problema do exercício físico. No entanto, os novos dados pedagógicos, filosóficos e técnicos preconizados, lançando luzes para a questão, serviram de base, mais adiante, para o apuro e sistematização da ginástica racional. Em virtude da ligação entre o exercício natural e a cultura, de forma lenta, começou a marcha progressista da educação física.

A Idade Contemporânea traz os primeiros sistemas regulares de Educação Física, organizados com certa ordenação e obedecendo a determinados princípios pedagógicos, a partir da segunda metade do século XVIII, com Basedow (1723-1790), Ling (1776-1839) e Amorós (1770-1848), dando importância aos exercícios ginásticos. Desses três nomes surgiram três grandes movimentos doutrinários, na Europa Ocidental, que fechados em seus princípios e influenciados pelo fator político, insistiram em seus antagonismos até a II Guerra

Mundial, aproximadamente. Outros sistemas surgiram mais tarde, e foram enquadrados pedagogicamente baseados em determinadas predominâncias, como o exercício natural, o exercício construído, o desporto, a música e, ultimamente, a psicomotricidade. Suplementada a ginástica, na atualidade, é grande o movimento desportivo mundial, nem sempre ajustado no quadro educacional, pelos aspectos de carácter profissional, político ou espetacular.

No Brasil colônia, os índios, primeiros habitantes do Brasil desta época, deram uma pequena contribuição à educação física com seus movimentos naturais como correr atrás da caça, nadar e o arco-e-flecha. Pode-se incluir a dança que era parte importante da tradição indígena, na qual homenageavam o sol, a lua, os deuses da guerra e da paz, casamentos, entre outros. Nos jogos praticados por eles, podemos incluir as lutas, a corrida de troncos e a peteca, onde esses não foram absorvidos pelos colonizadores (Ramos, 1983).

Verifica-se, também, nessa época que os negros africanos foram trazidos para o Brasil para o trabalho escravo e que através das fugas dos escravos para os Quilombos, os escravos se viam obrigados a lutar sem armas contra os capitães do mato. Esses capitães eram homens mandados pelos senhores de engenho que entravam no mato para recapturar os escravos que fugiam. O embate entre eles fez com que os escravos descobrissem que seu próprio corpo era uma arma poderosa, e isso inspirou a criação da capoeira que era um estranho jogo de corpo dos escravos deferindo coices e marradas, como se fossem verdadeiros animais indomáveis (Ramos, 1983).

O ano de 1834, época do Brasil Império, se constitui o marco inicial da formação em Educação Física no Brasil, pois o primeiro brasileiro de um total de 30 pessoas ingressou no “Philantropinium”, que tinha sua sede na Alemanha, local este que ensinou grandes mestres da educação física da época. No ano de 1851 o Governo Imperial inclui a ginástica no ensino das escolas primárias através da Lei nº. 630 de 17/09. Através de uma medida legal em 1876 surge a formação dos professores. O Decreto nº. 6370 introduziu no município da corte do Rio de Janeiro, em suas escolas normais, o ensino da ginástica e os princípios gerais da educação física. Em 1882, foi apresentado à Câmara Municipal dos Deputados a “Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública”. Fora ressaltado no capítulo que tratava da Educação Física o desejo da fundação de uma escola normal de ginástica, na qual fossem formados professores para as escolas daquele município e para províncias que o solicitassem. No entanto, restringiram-se a estabelecer, em cada escola

normal, um a seção consagrada de forma especial a esse ensino. Ainda era previsto no referido projeto a obrigatoriedade da ginástica na formação dos professores e professoras; incluir nos programas escolares a ginástica como matéria de estudo; e a equiparação dos professores de ginástica aos de outras disciplinas.

Em 21 de setembro de 1905, no período do Brasil República foi apresentado na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro um outro projeto sobre a Educação Física. Tal projeto definia: “O Congresso Nacional resolve: Art. 1º. Ficam criadas duas escolas de Educação Física, sendo uma militar e outra civil. Art. 2º. Fica o poder executivo autorizado a adquirir terrenos para que a mocidade das escolas superiores possa, em espaços apropriados, dar-se à prática dos jogos ao ar livre.” Com referência à escola civil, conforme proposta da sua criação, “fornecerá aos professores de Educação Física para todos os colégios existentes no país”, e enfatizava, “o professor de ginástica necessita de uma soma regular de conhecimento que só um curso bem organizado pode fornecer”. E dentre os conhecimentos, mencionava “a anatomia, a fisiologia, princípios gerais de higiene, a história e evolução da Educação Física”, além de outros necessários a finalidade a ser atingido.

Chega a São Paulo nos primeiros meses do ano de 1906 uma missão militar, contratada na França, para instruir e reorganizar a Força Pública do Estado de São Paulo. A referida missão propunha a criação de órgão para habilitar mestres e monitores de Ginástica e Esgrima, envolvendo oficiais e sargentos. Em 3 de março de 1910, o então Secretário de Justiça e da Segurança Pública de São Paulo, Washington Luiz Pereira de Souza, enviou ao Comandante Geral da Força Pública o expediente que criava naquela corporação um curso de Esgrima e Ginástica, destinados aos oficiais e elementos da Força Pública, devendo providenciarem a instalação do aparelhamento em sala preparada (Ramos, 1983).

Por decreto do governo do Estado de São Paulo, em 28 de maio de 1936, regulamentaram a Escola de Educação Física, visando formar instrutores e monitores de Educação Física Geral e Desportiva; formar mestres de armas e monitores de esgrima; proporcionar aos médicos conhecimentos especializados em educação física e formar massagistas desportivos. Em 1939, vários artigos que regulamentavam a escola foram alterados. Pioneira, a Escola de Educação Física do Estado de São Paulo prosseguiu com a formação de pessoal na área de educação física (Ramos, 1983).

Em 1939, foi enviado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Ministro Gustavo Capanema o projeto de Decreto-Lei para a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto. O Ministro Capanema, ao expor seus motivos, referia-se a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas Primárias, normais e secundárias, ou seja, aconselhável em todos os estabelecimentos de ensino. Referenciava, também, a formação de “professores instruídos, possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos”, e ainda, a necessidade da elevação do nível dos desportos no país. Afirmava, em suma, que professores de educação física, técnicos em desporto, assim como médicos especializados em educação física e desporto eram elementos essenciais e básicos para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação física e desporto no país.

No que se refere à profissionalização da educação física no Brasil, em termos de políticas públicas, a mesma ficou limitada ao desenvolvimento das estruturas organizacionais e administrativas, até os anos 60, como a Divisão de Educação Física e o Conselho Nacional do Desporto. Na década de 70, marcada pela ditadura militar, utilizaram a educação física para fins não educativos, mas de propagando do governo sendo todos os ramos e níveis de ensino remetidos para o esporte de alto rendimento. Em meados da década de 80, a educação física passa por uma crise existencial à procura de propósitos voltados para a sociedade. A mudança de nas estruturas de poder e incentivos fiscais deram origem ao patrocínio para o esporte de alto rendimento, com empresas podendo contratar atletas funcionários surgiu uma boa geração de campeões das equipes, que tinham com principais representantes daquela época as equipes: Atlântica Boa Vista, Bradesco, Pirelli entre outras. Em 90, o esporte começa a ser visto como meio de promoção de saúde acessível para todos demonstrada de três formas: Esporte Educação, Esporte participação e esporte de performance. Depois de muitas discussões, em 1º de setembro de 1998, finalmente a Educação Física foi regulamentada uma profissão de fato e de direito, na qual compete mediar e conduzir todo processo (Ramos, 1983).

1.1 Definições

O termo Educação Física é bastante confundido entres as pessoas, que não conhecem o que ele é ou o que estes profissionais fazem. A educação física se refere a um extenso campo de ações, no qual tem como interesse mais básico o movimento humano. Preocupa-se especificamente com o relacionamento entre o movimento humano e as outras

áreas da educação, no que diz respeito ao desenvolvimento físico com o mental, social e emocional na medida em que eles vão se desenvolvendo. Isso contribui para uma esfera de ação única da educação física, já que nenhuma outra área contribui para o desenvolvimento total do homem, exceto a educação no seu senso mais geral possível.

Culturalmente, a educação física é determinada pelo que o homem pensa do seu corpo, como ele pensa sobre si próprio em relação ao seu corpo, e maneira como seu corpo deve ser treinado, exercitado, disciplinado, desenvolvido e educado. Isto é verificado tanto em sociedades que existe a crença no “eu” e o corpo são separados com aquelas onde existe a aceitação científica que o homem é um organismo único que pensa, sente, move, se expressa, etc.

As definições de educação física refletiam, tradicionalmente, o foco educacional. Dentro da história, os programas de educação física visavam estudantes e aconteciam quase que de maneira exclusiva dentro do ambiente escolar.

Vários acadêmicos, no passado, tentaram definir educação física e muitas dessas definições continuam até hoje. Barbanti apud William (1964) expressaria que a educação física mesmo trabalhando com atividades físicas para educar as pessoas, estava preocupada com os resultados educacionais que não eram inteiramente físicos. A educação física para ele deveria influenciar todas as áreas do desenvolvimento educacional, inclusive o crescimento mental e social das pessoas:

“Quando a mente e o corpo eram considerados duas entidades separadas, à educação física era obviamente uma educação do físico (...) com o novo entendimento da natureza do organismo humano, na qual a totalidade do indivíduo é o fato proeminente, a educação física tornou-se educação ATRAVÉS do físico. Com essa visão operativa, a educação física tem interesse por respostas emocionais, relacionamentos pessoais, comportamento grupal, aprendizagem mental e outras conseqüências intelectuais, sociais, emocionais e estéticas”. (Barbanti apud William, 1964,p.2).

Outros autores, também, tentaram definir assim a educação física. Barbanti apud Barrow (1971) via a educação física dentro de um contexto de objetivos educacionais da educação para desenvolver de forma liberal uma pessoa:

“A educação física pode ser definida como educação através de atividades de brincadeiras com grandes músculos, tal como esportes, exercícios e dança, onde os objetivos educacionais podem ser obtidos em parte (...) Esse produto é uma pessoa educada fisicamente. Esse valor deve ser um dos muitos valores de uma pessoa educada liberalmente, e tem significado somente quando é relacionado com a totalidade da vida de um indivíduo”. (Barnanti apud Barrow, 1971,p.2)

Para Barbanti apud Felshin (1972) a educação física sugere que o seu conteúdo era fundamentado no movimento humano, mas não em todo movimento. O foco era a respeito das atividades e esforços musculares grandes, compactos. Na educação física a feito físico é a razão fundamental e ela não precisava se preocupar com o movimento humano no trabalho, e sim primariamente com o movimento no esporte, brincadeiras, jogos e como funcionamento básico do corpo humano.

Barbanti apud Baley e Field (1976) descreveram a Educação Física enfatizando a atividade física densa, compacta. Eles expressam:

“Educação física é um processo através do qual aprendizagens e adaptações – orgânica, neuromuscular, intelectual, social, cultural, emocional e estética – resultam e procedem através de atividades físicas selecionadas e suficientemente vigorosas”. (Barbanti apud Baley e Field, 1976,p.3).

Aparecem nessas definições os resultados desejáveis que a educação física é capaz de causar nas pessoas. Conforme as definições acima, a atividade física de pouco esforço físico pode ser considerada recreacional ou benéfica, porém não pode ser considerada genuína.

A educação física depende amplamente do ponto de vista pessoal, pois cada pessoa oferece sua percepção e cada definição pode refletir um programa. A precisão da definição é determinada pelo nível no qual as palavras mostram a percepção e as experiências daquele que oferece a definição.

Devido às mudanças sofridas pela educação física desde a década de 80, onde os domínios tradicionais ultrapassaram as escolas, academias e clubes, e se abriram a pessoas de todas as idades, trouxe uma nova definição de educação física. Nos dias de hoje, a educação

física pode ser definida como um processo educacional que se utiliza dos movimentos como forma de ajudar as pessoas a adquirir habilidades, condicionamento, conhecimento e atitudes que ajudam para um melhor desenvolvimento e bem estar.

Verificam-se certos pontos constantes observando essas definições. A educação física é conduzida por meios físicos, isto que dizer que esta envolvida algum tipo de atividade física, e que essa atividade se preocupa com movimentos compactos, e as atividades envolvidas não precisam ser desenvolvidas em qualidade para haver benefícios aos praticantes. Embora os meios utilizados nos métodos educacionais sejam físicos, os benefícios não abragem mudanças ou melhorias em áreas não físicas em meio ao desenvolvimento educacional, como acréscimo intelectual, social e estético.

Hoje em dia, os programas de educação física em sua maioria, são baseados no uso de atividades físicas estruturadas cuidadosamente para contribuir com o desenvolvimento da pessoa como um todo. De maneira geral, a educação física procura desenvolver o bem estar geral das pessoas pelo uso de movimentos. O termo educação física pode ser considerado, de forma mais aberta, de forma a incluir não somente o corpo, mas também a mente, pois o resultado da experiência motora não se limita mais aos benefícios puramente corporais.

1.2 Educação física e a criança

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), determina que indivíduos que cometerem atos infracionais depois dos 12 anos de idade devem cumprir medidas socioeducativas, em se tratando de privação de liberdade, nos centros educacionais para adolescentes em conflito com a lei.

Nos centros a educação física é dada de maneira formal, o adolescente chega à unidade sem um histórico escolar e o professor não sabe até que ponto ele teve aula de educação física, faz uma pesquisa informal e se depara com vários tipos de resposta, em que a mais comum é que o mesmo nunca teve aula.

Para o professor ao ministrar suas aulas usa métodos de educação para adolescentes, observando os aspectos psicomotor, cognitivo e afetivo dos alunos, juntamente

com os quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser. O professor precisa ter certeza e convicção de que os ritmos e os jeitos de aprender são diferentes, assim, direciona a elevação educativa da auto-estima dos educandos, demonstrando a capacidade física e intelectual de cada um para um bom desempenho em sua aprendizagem.

“Se dermos o nome de aprendizagem a todo tipo de aquisição cognitiva, é óbvio que o desenvolvimento consistirá somente em uma soma ou uma sucessão de aprendizagem. O ponto essencial de nossa teoria é o de que o conhecimento resulta de interações entre sujeito e objeto que são mais ricas do que aquilo que os objetos podem fornecer por eles mesmos. Teorias de aprendizagem reduzem o conhecimento às ‘cópias funcionais’ imediatas que não enriquecem a realidade. O problema que é necessário resolver para explicar o desenvolvimento cognitivo é o da intervenção não o da mera cópia.” (PIAGET, 1977,p.87).

Para Piaget, o ponto essencial da sua teoria reside em explicar a riqueza das descobertas e invenções características do processo de construção dos conhecimentos. Algumas atividades que se propõem contribuir para a aprendizagem reduzem os conhecimentos à “cópia” passiva das realidades exteriores, enquanto, para ele, o que a criança constrói em termos de conhecimento transforma e transcende as realidades, quaisquer que sejam. Explicar a aquisição do conhecimento significa explicar como a criança consegue construir e inventar, não que ela repete ou copia. As descobertas ou invenções dependem da construção de estruturas lógicas que, diferenciando-se em virtude de assimilações novas, abrem possibilidades para conquistas cada vez mais elevadas. O desenvolvimento desrespeita a construção dessas estruturas. A aprendizagem nada mais é que um setor do desenvolvimento cognitivo porque se refere a tudo o que a criança recebe em situações específicas de transmissões educativas.

As aulas práticas de desporto educativo se misturam com recreação para uma melhor absorção e compreensão corporal, para desenvolver suas habilidades psicomotoras com liberdade de movimentos respeitando os limites de seu corpo que se encontra em formação e descobertas em ambientes diferentes com o qual o aluno estava acostumado a freqüentar, e tendo agora que adquirir o hábito de estudar. Mesmo sendo o dever do sócio educando, deve cumprir enquanto dura sua medida socioeducativa, não é essa a visão que o

professor tenta passar, o objetivo que o aluno coloque em pratica tudo aquilo que aprendeu no centro educacional quando retornar a sociedade.

Vygotsky (1978), afirmou que o desenvolvimento da criança não pode ser compreendido por meio de um estudo do indivíduo isoladamente. Devemos também examinar o mundo social externo no qual aquela vida individual desenvolveu-se. Habilidades cognitivas e lingüísticas surgem “duas vezes em dois planos. Primeiro aparecem no plano social, e, só então, no plano psicológico. Depois ocorrem entre pessoas, como uma categoria interpsicológica, e, então, na criança, como uma categoria intrapsicológica”.

O aluno tem que ser compreendido de modo holístico, tanto na parte física quanto na intelectual. Isso pode ser visto nas aulas práticas e teóricas, em ambas o aluno pode se expressar, permitindo ao professor ter noção da vivência desse aluno por dentro e por fora, promovendo uma maior interação aluno-professor, professor-aluno.

Para que aconteça essa interação, o professor aplica alguns conceitos de Vygotsky.

MODELAGEM E REALIMENTAÇÃO (*feedback*): são meios de assistência usados em todas as sociedades, incluindo a nossa. Há muitos exemplos, tal como o do treinador de atletismo (Tharp e Gallimore, 1976 a). Todavia os meios de assistência não se restringem a linguagem. A lista completa também inclui aqueles meios não lingüísticos e paralingüísticos que têm sido identificados durante várias décadas de pesquisa pela psicologia comportamental e cognitiva. A Modelagem é o processo de oferecer comportamento a seres imitados. A socialização das crianças e recém-chegados a um novo ambiente cultural é amplamente acompanhada da imitação de atos culturalmente organizados, mais em irrefletidos dos membros já amadurecidos de uma cultura. As culturas mais tradicionais e pré-tecnológicas transmitem sua base cultural principalmente por meio da modelagem e não por uma ênfase na comunicação verbal (Vygotsky, 1978 apud Scribner e Cole 1973). Esses atos de modelagem têm lugar no transcurso das atividades cotidianas. As crianças tomam parte nessas atividades por meio de um processo de participação orientada, no qual as oportunidades para aprender pela modelagem são indissociáveis da manutenção e subsistência da família e da fabricação da vida cotidiana. A modelagem é um meio poderoso de Dar assistência ao desempenho, cuja efetividade se prolonga durante a vida adulta, alcançando um alto grau de complexidade comportamental. Nos locais de instrução, tanto professores

experientes quanto colegas modelares são fontes muito importantes de assistência, tanto para crianças como para adultos.

GERENCIAMENTO DAS CONTINGÊNCIAS: é o meio de assistência ao desempenho pelo qual recompensas e punições são misturadas como consequência de um comportamento caso ele se mostre desejável ou não. Todo tipo de recompensa tem sido usado no gerenciamento das contingências – reforços sociais de elogio e encorajamento, reforços materiais de bens de consumo ou privilégios, troféus e recompensas simbólicas. Na maioria dos regulamentos educacionais as punições ficam restritas a perda de alguma oportunidade positiva ou a reprimendas breves e firmes. Os efeitos das contingências sobre o comportamento são fortes, mais não precisam ser explicados pelo condicionamento operante, sendo, na realidade, igualmente bem aplicado pelo utilitarismo filosófico, pela ciência cognitiva, pela teoria dos jogos e por mais de uma série de teorias concorrentes. O referido gerenciamento das contingências não pode ser utilizado para originar novos comportamentos. As novas habilidades devem ser estimulada por outros meios de assistência – modelagem, instrução, estruturação cognitiva e questionamento. Porém, as recompensas, elogios e encorajamentos que sucedem um comportamento fortalecem cada avanço através da zona de desenvolvimento proximal, prevenindo a perda da base evolutiva. Dessa consolidação dos ganhos já obtidos é vital como assistência ao desempenho.

REALIMENTAÇÃO: realimentar o desempenho com informações constitui um forte meio de assistência. Apenas a realimentação pode orientar um estudante em rumo a uma melhoria substancial do seu desempenho em uma próxima tentativa. O fornecimento de realimentação é o meio da auto-assistência mais comum, mais singular e mais efetiva. A realimentação ou *opinião* está tão arraigada na vida normal que passa despercebida. Sem realimentação do *self* não é possível nenhuma correção de rumos ou menos manutenção vigente. Em programas educacionais, a realimentação durante o desempenho de tarefas é vital para toda a participação, embora a forma que ela adote na prática corrente seja amiúde inconsistente ou demasiado remota para ser útil. A realimentação dos estudantes com informação pode assumir muitas formas: resultados obtidos em testes com referência a critérios específicos, resultados alcançados em testes de verificação, respostas imediatas do professor à conversação das crianças e aplicação de formulários de verificação, entre outras.

INSTRUÇÃO: é com certeza o mais freqüente de todos os meios de assistência. A obediência às instruções não é inevitável, desde que as instruções efetivas estejam

encaixadas em um contexto formado por outros meios eficientes, em especial pelo gerenciamento das contingências, a realimentação e a estrutura cognitiva. Em locais educacionais típicos, as instruções são usadas principalmente em dois contextos: nas questões de conduta e na atribuição de tarefas. É, infelizmente, raro ver a instrução usada para dar assistência ao desempenho de uma ação específica e necessária para o movimento através da zona de desenvolvimento proximal. As instruções, como outras formas de assistência, só podem ser esperadas quando os professores assumem a responsabilidade pelo acompanhamento da performance de seus alunos ao invés de esperarem que os estudantes aprendam por si mesmo. Instruções em demasia certamente parecerão insuportáveis ao aprendiz. O uso comedido de instruções, entretanto, não cria oposição. É importante que a instrução seja incluída no ensino, porque na transição da aprendizagem para o desempenho auto-regulado, a voz instrucional do professor tornar-se a voz auto-instrucional do aprendiz. O professor não-instrucional pode estar negando ao aprendiz o resíduo mais valioso da interação no ensino: aquela voz ouvida, reguladora, que gradualmente interioriza-se para tornar-se o instrutor auto-regulador do aluno.

QUESTIONAMENTO: as perguntas auxiliam o desempenho de uma maneira camuflada. Esta asserção deriva da comparação entre as diversas maneiras pelas quais as perguntas e as instruções podem dar assistência ao desempenho. A pergunta, em contraste com a instrução fornece um meio distinto e importante de desempenho assistido. A pergunta exige explicitamente uma resposta cognitiva e lingüística ativa: estimula o aluno a produzir criações próprias. Um professor pode tanto perguntar “qual é o significado de ‘democracia?’” quando dá uma palestra sobre o assunto. Se o professor questiona duas vantagens educativas são obtidas. Em primeiro lugar, os alunos ativam-se verbal e mentalmente, o que lhes conferem prática e exercitação. Em segundo lugar, durante esta exercitação do discurso e do pensamento dos alunos, o professor será capaz de acompanhar e regular a coleta de evidências e o uso da lógica pelos estudantes. Se o professor se limita à exposição verbal, ele nunca saberá o que os estudantes estão pensando.

EXTRUTURAÇÃO COGNITIVA: como meio de desempenho assistido, a estruturação cognitiva refere-se ao provimento de uma estrutura de pensamento e ação. Ela poderá configurar uma estrutura de crenças, de operações mentais ou de compreensão. Ela organiza, avalia, agrupa e dá seqüência à percepção, à memória, e à ação. Na vida diária, as estruturas cognitivas podem ser mais ou menos formalizadas e mais ou menos conscientes.

Uma diferenciação simples, porém útil, dos tipos de estruturas cognitivas pode ser a seguinte: Tipo I, estruturas de aplicação, e Tipo II, estruturas para a atividade cognitiva. Do Tipo I pode ser, em uma experiência de terceiro ano, a explicação de que a atividade molecular aumenta com a temperatura, enquanto os gases se expandem. Ou o professor pode dizer que a história que hoje contará em sala de aula é sobre heróis, e tais casos, a estrutura serve para organizar a percepção de novas formas. Fenômenos como a formação de gelo e vapor se ajusta dentro da nova estrutura da ciência. Lendo uma história, os leitores podem relacionar seus próprios sentimentos de admiração pelos personagens com o julgamento histórico das grandes figuras nacionais. Avaliação, agrupamento e encadeamento tanto da informação antiga quanto da nova são formas de desempenho assistido por estas estruturas cognitivas recentemente desenvolvidas. As estruturas do Tipo II operam no nível do processo cognitivo. Pode-se dar às crianças estruturas para memorização, para lembranças ou para regras, com o intuito de acumular dados, como no seguinte exemplo: “então, sempre que você esta lendo alguma coisa e chega a uma palavra que é nova e não tem certeza sobre o que ela significa, primeiro procura algumas ‘pistas’ sobre seu significado, então as relaciona com o que você já sabe a respeito dela, decide qual significado que deve ser atribuído e, finalmente, verifica se esse significado esta de acordo com a sentença”. Os procedimentos de estruturação cognitiva são simples. O professor acompanha o aluno na organização de dados brutos da experiência – com os quais eles se deparam no texto ou no experimento – relacionando-os como os outros dados similares. Amiúde, é possível auxiliar a estruturação cognitiva simplesmente definindo um enunciado geral. A estrutura cognitiva organiza conteúdos e/ou funções e faz referencias a situações similares. Estas são as características que distinguem a estruturação cognitiva da mera instrução.

1.3 Educação física e o adolescente em conflito com lei.

A educação física para adolescentes em conflito com a Lei é feita de certa forma como educação especial, pois atende jovens que cometeram atos infracionais de natureza leve a grave. A grande maioria desses jovens pertence a um grupo que merece atenção do poder público, porque a cada dia aumentam o número de adolescentes envolvidos em grandes delitos como tráfico de drogas, seqüestros e outros crimes antes praticados por adultos.

Outro fato que chama a atenção da sociedade é a atuação de meninas nesses delitos e o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) não deixa claro

como devem proceder ao atendimento para o público feminino. A estrutura física deixa a desejar, segundo pesquisa realizada junto a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), apenas um centro educacional atende todas as adolescentes do estado do Ceará para cumprir as medidas sócioeducativas como uma medida provisória (45 dias), sanção (três meses), semi-liberdade (onde as internas passam o fim de semana em casa e o os outros dias da semana dentro do centro educacional) e sentenciados (de seis meses a três anos de internação). O atendimento a esse público torna-se ainda mais especial, as adolescentes enfrentam as dificuldades de natureza feminina como: cólicas menstruais e gravidez indesejada, e essas dificuldades aumentam ainda mais quando a interna fez uso de drogas como crack que deixa o corpo muito debilitado.

O professor de educação física quando é contratado para dar aulas nesses centros educacionais, na maioria dos casos não sabem o que acontece com esses grupos, sejam eles masculinos ou femininos, de adolescentes. Esse adolescente demonstra aspectos de opiniões formadas sobre o ambiente onde vive e mesmo não vivendo em um ambiente desfavorável o que acontece com uma pequena parte desse grupo, pois essa minoria pertence a famílias bem estruturadas com boa condição social, e mesmo assim esses adolescentes cometeram delitos graves e estão cumprindo medidas sócioeducativas e por se encontrarem nesta condição ele se coloca automaticamente na posição de “fora da lei”. É por isso que esse grupo merece uma atenção especial para que esse aluno não leve esse estigma marginal para a idade adulta, pois a diferença entre a menor idade e a idade adulta é de apenas um dia, e quando ele atinge a maior idade o mesmo já responde penalmente por seus atos, e passa da condição de socioeducando para a condição de presidiário sem nem perceber a mudança, acreditando que mudou apenas de instituição, continuando a fazer o que fazia sempre sem medir as conseqüências que podem vir durante o percurso da sua vida.

As aulas de educação física nos centros educacionais são ministradas de acordo com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de forma construtivista, no sistema de iniciação desportiva onde o professor aplica as modalidades que os alunos praticavam fora dos centros como o futebol e futebol de salão, com isso o professor interage com os alunos demonstrando regras, noções de equipe, respeito ao colega que está em outro time e abrem um diálogo sobre outras modalidades como voleibol, basquetebol, e handebol. As modalidades anteriormente citada ainda são um entrave dentro dos centros, pois os internos não as aceitam e preferindo o futebol. Já as internas do centro feminino aceitam outras modalidades e brincadeiras lúdicas,

porém deixam claro que querem futebol de salão. A estrutura física dos centros educacionais também não ajuda a desenvolver tais modalidades, apenas dois centros possuem campo de futebol e outros possuem quadras de futebol de salão.

A parte teórica é dada nas salas de aula onde são aplicadas as demais disciplinas. A educação física pertence à área de linguagem e códigos, portanto ela pode atuar nas disciplinas de língua portuguesa, língua estrangeira, artes, informática e formação humana, para formar o indivíduo a estar apto ao convívio social que (Dias, 1996,p.60) aponta inúmeros fatores a serem observados que interferem no comportamento de um indivíduo para que ele seja mais ou menos agressivo, contudo destaca três fatores:

CRIATIVIDADE – no processo de desenvolvimento do indivíduo, a criatividade ocupa um lugar importante. Ela está indiretamente relacionada ao seu comportamento, as suas atitudes e a sua conduta durante uma atividade. Não se pode esquecer que esse processo está também associado a um ambiente físico e social do indivíduo.

AFETIVIDADE – é necessário compreender a abrangência do campo afetivo do indivíduo. Só assim será possível compreender-lhe as atitudes e até mesmo os seus movimentos. O significado efetivo é percebido através de um conjunto complexo de signos que tem uma significância geral – as atitudes, as posturas, as mímicas, o olhar, exprimem os sentimentos, as emoções, os desejos e as pulsões conscientes ou inconscientes. Muitas vezes é o contato com o outro, o olhar, que exprime a busca da comunicação e da segurança, contanto este que pode ser reduzido à presença e ao calor humano. É também o conjunto de gestos espontâneos que se juntam as atitudes e se acentuam a esses três campos: Razão – que é o lado do raciocínio, da avaliação de uma situação, um lado intelectual (teórico e abstrato) do indivíduo, como relação a si mesmo e ao seu meio ambiente; Emoção – que é o afeto. São as reações do ponto de vista sentimental de caráter endócrino, nervoso do indivíduo e do meio; Vontade – que é a mobilização. A parte de decisão, ligada ao comportamento muscular, químico, que visa resolver os problemas de equacionamento da pessoa com o meio.

SOCIALIZAÇÃO – vai além do ato de se por em sociedade – é o desenvolvimento coletivo, da solidariedade e do espírito de cooperação nos indivíduos associados. Consiste, pois, no processo de integração dos indivíduos em grupo. Considerando-se a socialização este processo de integração do indivíduo em grupo, o meio social passa a ter relevante importância e serve como forma terapêutica complementar e eficaz para o desenvolvimento do comportamento construtivo do homem. Neste contexto social, através de atividades simples ou confrontos com outros indivíduos, o homem sente vontade de modificar, a partir do comportamento grupal, o seu comportamento pessoal. É a mesma autora que nos diz que “cada

peessoa que se reúne a um grupo confronta seus padrões de comportamento com os dos outros participantes. Essa confrontação provoca um estado tal, que o indivíduo, em diversas intensidades, se coloca em questão e a própria identidade é questionada. Essa insegurança no contato com o grupo pode servir de abertura para novos modos de comportamento... As diversas maneiras de reação possíveis estão próximas e, às vezes, é fácil ao indivíduo mudar seu modo de reagir”.

O papel do professor é de fundamental importância para qualquer processo educativo, pois é a partir de suas estratégias que ele conduzirá as atividades para uma interação harmônica do grupo e o alcance dos objetivos a que se propõe com os fatores citados acima. O professor deve ser um facilitador, ser facilitador significa intervir na organização das estruturas ambientais e na orientação de certas atividades, significa ainda criar uma situação social na qual o aluno passa a se integrar e percebe por si mesmo os limites de sua ação. É importante então, o professor escutar o aluno, aceitar seu diálogo e compreender o significado das suas ações e reações no grupo, para permitir-lhes viver sua autonomia, autonomia esta que deve ser consciente e sem conflitos, é a função da disponibilidade da pessoa, de seu equilíbrio, da capacidade de escutar o outro e de confiar nele. É necessário existir também a relação de simpatia entre os pólos em busca de algo, como explica Freire (1986), em que a matriz esteja baseada no amor (afeto), na humanidade, na esperança, na fé, na confiança e na criticidade. Freire acredita que só através de um método ativo, dialógico e participante o indivíduo poderá se relacionar bem diante de sua realidade e conquistar sua consciência crítica.

A educação física no enfoque humanista, as atividades devem ser manifestada como um todo, interagindo em função e dentro de sua prática. Faz-se importante, portanto considerar seis princípios básicos da educação física, nesta visão humanística: (Dias, 1996 apud Oliveira, 1985,p.69).

Aprendizagem significativa: também chamada de aprendizagem experimental, é aquela que leva o aluno a uma atitude consciente e relacionada com sua realidade, de modo que ela faça parte de seu próprio conhecimento. As atividades devem ser orientadas em função das necessidades dos alunos, criando situações que possibilitem a integração dos objetivos do próprio aluno, promovendo assim uma autêntica mudança de comportamento.

Potencial criativo: As referidas atividades de educação físicas devem despertar as potencialidades criativas no ser humano, de tal modo que

afaste o conformismo. Assim, o professor deverá descobrir estratégias para alcançar seus objetivos educacionais, fornecendo elementos a fim de que o aluno possa analisar, criticar e criar.

Individualidade: o respeito às características e às limitações individuais do aluno, para que este possa ser “atendido” dentro de suas necessidades e “entendido” a sua complexidade.

O jogo: aparece como elemento fundamental na cultura do ser humano; ele cria a ordem e estimula a socialização. É uma forma de exercitar o indivíduo, atingindo-o em sua totalidade. E, com isso, integrando-o aos seguimentos cognitivos psicomotores e afetivos-sociais.

O exercício natural: Exploração da capacidade espontânea de comunicação e a tentativa de aproximação natural e autêntica, através do movimento, devem estar presentes nas atividades de educação física. Estes movimentos vão, assim, envolver a totalidade do ser humano, permitindo-lhe a própria expressão e estilo.

A liberdade: A educação física deve tentar criar um ambiente liberal, de maneira a permitir a livre expressão dos alunos. A execução dos exercícios parte de um impulso interior, onde o aluno possa sentir o próprio movimento sem ter um modelo, um guia ou um comando para copiar. Logo, os exercícios constituem-se numa forma de satisfação em movimentar-se livremente, onde a disciplina se forme a partir do próprio envolvimento afetivo existente no aluno e no grupo, uma participação espontânea.

É interessante ressaltar que, mesmo na ótica humanista, a educação física não abandona as técnicas e as regras que compõe cada jogo, nem tão pouco vai abandonar, por completo, o lado competitivo das diferentes atividades que são específicas desta disciplina e que possuem um caráter eminentemente prático, já que faz parte da sua natureza. Isto, no entanto, não deve ser confundido com um campo de aplicações de técnica comportamentalistas. Deve-se, sim, analisar o tipo de resultado que se pretende e como este será alcançado. Somente assim será possível concluir se foi ou não promovida uma verdadeira ação pedagógica.

Mesmo na visão humanista da educação física não podemos deixar de lado um fator muito importante na formação do adolescente, a agressividade que se não for educada momento certo pode trazer conseqüências para a vida adulta. (Dias, 1996,p.93) em sua pesquisa na comunidade carente do morro do preventório, Niterói / RJ em uma instituição que atendia adolescentes que moravam na rua e egressos da antiga FEBEM relata:

Esta agressividade, visivelmente percebida, através de atos e palavras, que essas crianças utilizavam durante todo o período

destinado às atividades propostas, parecia fazer parte do cotidiano “normal” de suas vidas até então. Gritar, xingar, desrespeitar os colegas e os professores para alcançar seus objetivos, sem ao menos se importar se isto estava, de alguma forma, afetando a si mesmo e aos outros, era comum no grupo. As brigas frequentes fossem elas por não concordar com determinada atitude de um companheiro ou do professor, ou simplesmente para “implicar” deliberadamente com um colega, provocando-o para começar um tumulto qualquer, aparentemente sem motivo nenhum. Chamar a atenção para si, através de condutas grosseiras e agressivas, era a única maneira de relacionamento que esses menores conheciam.

Não havia entre eles nenhum tipo de acordo, harmonia, disciplina, nem avaliação do grupo ao final da prática dos jogos já conhecidos. Durante estes jogos, mais parecia que os grupos se defrontavam, duelando-se entre si como numa luta de vida ou morte. Estes pareciam criar suas próprias regras, por meio de socos, empurrões, pontapés, palavrões, discussões e brigas. Só a vitória lhes interessava. Perder era visto grupo como sinônimo de incompetência e motivo de gozações e de mais brigas entre eles. E só os mais “fortes”, aqueles que não dominavam bem o jogo, ficavam “barrados”, quer dizer, fora do jogo, sem a menor chance dele participar. Caso estes menores insistissem em jogar, eram ridicularizados pelos demais menores do grupo que diziam “saber jogar” e eram desafiados para brigar ali mesmo no local onde ocorria a atividade, ou depois do término destas, por meio de ameaças do tipo – “vou te pegar lá fora”. Logo, estes, os mais “fracos”, nunca tinham a chance de melhorar seus rendimentos ou aprender a jogar corretamente.

Em visitas aos centros educacionais para adolescentes em conflitos com a lei da cidade de Fortaleza, constatei que não há muita diferença nas aulas de educação física, os adolescentes agem da mesma forma. O que faz a diferença é a participação dos instrutores educacionais, pois estes profissionais acompanham os internos vinte e quatro horas por dia e são responsáveis pela disciplina dos internos, podendo inclusive puni-los, quando os mesmos se mostram indisciplinados, esta punição se resume a o recolhimento do interno ao seu dormitório (“cela”), por um curto período de tempo, que é determinado pelo diretor de cada centro. Esta punição restringe-se somente a parte de lazer e diversão do adolescente, mesmo nessa condição ele assiste às aulas formais inclusive as de educação física e participa das oficinas de ofício oferecidas pelos centros resguardando assim, seu direito a educação. Por isso, nas aulas o professor deve agir com rigidez e moderação, uma vez que trata-se de uma unidade de internação e os internos têm a mentalidade que ali é a casa dele, ainda que temporariamente, assim quem chega mesmo que para dar alguma instrução, é visto como intruso.

A rigidez moderada acontece porque o professor chega para ensinar em um ambiente hostil e fechado por portões e grades com cadeados, na maioria das vezes as salas de aula e a sala dos professores ficam no meio dos centros educacionais, próximo aos blocos de contenção, (local onde os internos ficam a maioria do tempo com dormitórios, banheiros e monitoria). Por esta aproximação, os equipamentos educacionais como quadra, campo e sala de jogos, são os primeiros a serem danificados quando nos tumultos generalizados e nas rebeliões que acontecem nos centros educacionais, é também parte das reclamações feitas pelos professores que cobram mais segurança e respeito por parte dos gestores. Daí a necessidade ter se um profissional de educação no planejamento das futuras construções de Centros Educacionais para adolescentes em conflito com a lei, para proteger não só o profissional de educação, mas todos os trabalhadores destas instituições.

2 CENTROS EDUCACIONAIS NA CIDADE DE FORTALEZA

A pesquisa da história dos Centros Educacionais para adolescentes em conflito com a Lei na cidade de Fortaleza, data a partir da década de 70, onde adolescentes, autores de atos infracionais de natureza grave como homicídio e latrocínio são encaminhados para um presídio na região metropolitana de Fortaleza, no município de Itaitinga (Célula das Medidas Sócioeducativas - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Governo do Estado do Ceará-2009).

A célula das medidas socioeducativas está diretamente vinculada à coordenação da proteção social especial, sendo responsável pelo acompanhamento da rede de unidades que formam o sistema socioeducativo do estado do Ceará, nas áreas de privação liberdade e meio aberto. É instância de assessoria técnica à coordenação acompanhando, monitorando e avaliando o trabalho desenvolvido nas unidades que atendem os adolescentes envolvidos com a prática infracional garantindo que os programas se desenvolvam dentro de uma dimensão jurídico-sancionatória e de uma dimensão ético-pedagógica, de acordo com as diretrizes do estatuto da criança e do adolescente e sistema nacional de atendimento socioeducativo.

O estado é responsável pela execução das medidas privativas de liberdade na capital e municípios onde estão implantados os centros de semi-liberdade regionais, cabendo aos municípios a responsabilidade pela execução socioeducativas em meio aberto. A esta célula compete o acompanhamento do trabalho das medidas privativas de liberdade, assim como a implantação, o assessoramento e monitoramento do programa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade desenvolvido através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) existentes em todo o estado do Ceará.

A esta célula cabe, ainda, promover a integração entre as unidades e fomentar a rede de atendimento governamental e não governamental para encaminhamentos para garantia de direitos à população atendida.

2.1 Históricos dos centros educacionais de fortaleza

Na cidade de Fortaleza atualmente existem dez unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, uma de recepção e triagem, oito de internação, (provisória 45 dias, sentenciados de 06 meses a 03 anos, semi-liberdade de 06 meses e sanção de 01 a 03 meses) e uma em construção no bairro Canidezinho, as unidades em Fortaleza são as seguintes:

2.1.1 Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro (URLBM)

Unidade para recepção e acolhimento de natureza transitória ao adolescente acusado da prática de ato infracional, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos proveniente da delegacia da criança e do adolescente e das comarcas do interior do estado, que deverá ser apresentado ao judiciário.

O adolescente permanece na unidade por um período máximo de 24 horas sendo atendido tanto em suas necessidades primárias quanto pelo setor social que registra o motivo de sua apreensão. O atendimento social é anexado ao boletim de ocorrência já enviado para o cartório, pela delegacia. Os familiares ou responsáveis pelo adolescente são contatados a fim de que possam acompanhar todo o procedimento legal no qual ele está envolvido. A unidade apresenta, em seguida, o adolescente ao representante do ministério público que concederá sua remissão e arquivamento dos autos ou o representará à autoridade judiciária para aplicação da medida socioeducativa.

- Histórico da Unidade de Recepção Luis Barros Montenegro (URLBM)

1982 – Criado o centro de recepção e triagem São Jerônimo, no bairro Castelão, para atender os adolescentes do sexo masculino recepcionados até então pela Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor;

1990 – Inaugurado Centro de Recepção Luiz Barros Montenegro, recebendo este nome em homenagem póstuma a um funcionário da FEBEMCE. Localizava-se a Rua Martinópole, nº. 54, no bairro Benfica, atrás do Juizado de Menores e da Delegacia de Segurança e Proteção ao

Menor. Destinava-se ao atendimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de risco, por cometimento de ato infracional, perdidos, abandonados, carentes, etc...;

1993 – Inaugurada a Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro, situada a Rua Tabelaio Fabião, nº. 114, bairro Presidente Kennedy. Criada de forma a tender o que preceitua o art. 88 inc. V do Estatuto da Criança e do Adolescente. Compõe o Sistema Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator, destinando-se ao atendimento inicial de adolescentes (12 a 17 anos) de ambos os sexos. Realiza a recepção, atendimento e encaminhamento conforme determinação judicial.

2.1.2 Centro Educacional São Miguel (CESM)

Unidade de internação provisória para 60 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até os 21 anos. O tempo de permanência máxima na unidade é de 45 dias, período no qual deverá haver a conclusão do processo para apuração do ato infracional pelo juizado da infância e da juventude.

A unidade oferece oficina de informática e oficinas volantes variadas, em caráter de iniciação profissional e mantém convênio com a secretaria de educação (SEDUC), garantindo ao adolescente interno o acesso ao conteúdo programático da rede oficial de ensino, através de atividades de reforço escolar, participa também de atividades lúdicas, culturais, esportivas e recebe acompanhamento multiprofissional nas áreas sócio-psicológica e de saúde.

- Histórico do Centro Educacional São Miguel

1978 – Adolescentes autores de homicídio/ latrocínio eram encaminhados pelo juiz de menores para uma ala do Instituto Penal Paulo Sarasate/IPPS;

1982 – Adolescentes atendidos no IPPS foram transferidos para Colônia Agrícola do Amanari, em Maranguape, já com a nomenclatura São Miguel;

1986 – Inaugurada a nova sede do CESM na Rua Menor Jerônimo, s/nº - Jardim União. O CESM recebeu os adolescentes que eram atendidos no Amanari, passando a funcionar como unidade de internação para adolescentes autores de ato infracional de natureza grave;

1997 – Transferência dos adolescentes mais novos, primários, de menor porte físico ou atos infracionais de menor gravidade para a nova unidade inaugurada denominada Centro Educacional São Francisco/ CESF;

2001 – Transferência dos adolescentes maiores de idade para o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider/ CECAL. O CESM passou a atender adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos, em situação de internação provisória e internação por sentença.

2002 – Transferência dos adolescentes em situação de internação provisória do CESM para o CEPA. O CESM passou a atender apenas adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos, sentenciados com internação.

2006 – O CESF e CESM trocaram à clientela atendida e mudaram a natureza de seus atendimentos. O CESM passou a ser unidade de internação provisória e o CEPA passou a ser unidade de internação para adolescentes na faixa etária de 16 e 17 anos.

2.1.3 Centro Educacional São Francisco (CESF)

Unidade de internação provisória para 60 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até os 21 anos. O tempo de permanência máxima na unidade é de 45 dias, período no qual deverá haver a conclusão do processo para apuração do ato infracional pelo juizado da infância e da juventude.

A equipe técnica procura despertar na família o sentimento de coresponsabilidade no processo de acompanhamento e orientação do adolescente, considerando que o fortalecimento desses vínculos relacionais é aspecto significativo para o enfrentamento da situação vivenciada por ele. A unidade oferece oficina de informática e oficinas volantes variadas, em caráter de iniciação profissional e mantém convênio com a secretaria de educação (SEDUC), garantindo ao adolescente interno o acesso ao conteúdo programático da rede oficial de ensino, através de atividades de reforço escolar, participa também de atividades lúdicas, culturais, esportivas e recebe acompanhamento multiprofissional nas áreas sócio-psicológica e de saúde.

- Histórico do Centro Educacional São Francisco

1997- Unidade inaugurada para atender os adolescentes, primários, de menor porte físico e atos infracionais de menor gravidade que estavam internados no CESM. O CESF atendia, ainda, adolescentes em situação de internação provisória e internação sanção;

2002 – Transferência dos adolescentes sentenciados com internação sanção para o CEDB.

2006 - Transferência dos adolescentes sentenciados com internação para o CEDB. O CESF foi definido como internação provisória.

2.1.4 Centro Educacional Dom Bosco (CEDB)

Unidade de internação masculina com capacidade para atender 60 adolescentes de 12 a 15 anos, envolvidos com a prática de ato infracional de natureza grave, encaminhados por ordem judicial. Atende, ainda, adolescentes/ jovens na faixa etária de 12 a 21 anos, sentenciados por descumprimento de medida, com período de permanência máxima de 90 dias.

Através de convênio com a SEDUC é assegurada aos adolescentes, no próprio centro educacional, uma escola formal pertencente à rede oficial de ensino que lhes oferece o acesso ao conteúdo programático correspondente ao ensino fundamental (educação de jovens e adultos) e ensino médio. Os adolescentes participam também de oficinas pedagógicas e de iniciação profissional que fazem parte do projeto pedagógico da internação e do seu plano de atendimento individual. É assegurada, ainda, orientação espiritual para os internos através dos grupos religiosos que freqüentam, sistematicamente, a unidade.

- Histórico do Centro Educacional Dom Bosco

1976 – O Centro de Recepção e Triagem Marieta Cals – CRT/CEMC (prédio atual do CEDB), conhecido como triagem, recepcionava e atendia crianças e adolescentes do sexo masculino em “situação irregular” encaminhados pelo Juiz de menores (abandono, carência e conduta anti-social, incluindo os deficientes mentais);

1980 – As crianças e adolescentes sem problemas de conduta anti-social abrigado no CEMC foram transferidos para o CEDB (prédio da escola 2 de maio). O CEMC permaneceu recebendo os adolescentes encaminhados pela Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor. Os adolescentes autores de homicídio/ latrocínio eram encaminhados pelo juiz de menores para uma ala do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

1982 – Criado o Centro de Recepção e Triagem São Jerônimo para atender os adolescentes do sexo masculino recepcionados até então pela Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor.

1983 – Transferência das crianças e adolescentes carentes/ abandonados abrigadas no CEDB (prédio escola 2 de maio) para a cidade Hortigranjeira de Maracanaú/ CHJ.

Transferência de parte dos adolescentes infratores internos no CEMC para o CEDB. As duas unidades passaram a funcionar como internação para adolescentes autores de ato infracional menos graves.

Os adolescentes autores de ato infracional grave (homicídio/ latrocínio) permaneceram sendo atendidos no CESM.

1990 – O prédio do CEDB foi cedido, em regime de comodato, para a SEDUC passando a se chamar escola 2 de maio.

Os adolescentes em conflito com a lei que estavam sendo atendidos no CEDB (prédio escola 2 de maio) retornaram para o prédio do CEMC que passou a ser denominado CEDB.

O CEDB passou a atender os adolescentes sentenciados com semi-liberdade e em situação de internação provisória.

O atendimento da triagem masculina passou a ser realizado pela nova unidade inaugurada – Unidades de Recepção Luis Barros Montenegro – URLBM – atrás do prédio do Juizado de Menores, no bairro Benfica.

2000 – O CEDB foi definido para atender o regime de internação provisória, sendo os adolescentes de semi-liberdade transferidos para nova unidade inaugurada Centro de Semi-Liberdade Mártir Francisca/ CSMF.

2002 – Transferência dos adolescentes em situação de internação provisória para a nova unidade inaugurada Centro Educacional Patativa do Assaré/ CEPA

O CEDB permaneceu atendendo adolescentes sentenciados com internação sanção e recebeu os adolescentes sentenciados com internação do CESF (primários, de menor idade e atos infracionais de menor gravidade).

2006 – O CEDB foi definido para atender o regime de internação por sentença para faixa etária de 12 a 15 anos e internação sanção.

2.1.5 Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA)

Unidade de internação com capacidade para atender 60 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 16 a 17 anos, autores de ato infracional de natureza grave, encaminhados por ordem judicial.

A parceria firmada entre a secretaria do trabalho e desenvolvimento social (STDS) e entidades não governamentais garante a execução na unidade de diversos cursos de iniciação profissional para os internos além de um curso de informática que acontece ininterruptamente e através de convênio com a SEDUC é assegurado aos adolescentes, no próprio centro educacional, uma escola formal pertencente à rede oficial de ensino que lhes oferece o acesso ao conteúdo programático correspondente ao ensino fundamental (educação de jovens e adultos) e ensino médio. O eixo pedagógico educacional profissional vem sendo desenvolvido através de parceria firmada entre a STDS e a empresa Metal Mecânico Maia, que instalou uma unidade produtiva dentro do centro educacional. Um grupo de 22 jovens internos é selecionado, capacitado e contratado pela empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos.

Os jovens trabalhadores recebem o salário mínimo correspondente a 04 horas de trabalho, sendo parte de seu salário depositado em poupança e parte entregue a sua família, caso seja de seu interesse.

O adolescente interno participa ainda de atividades lúdicas, esportivas, culturais e religiosas que contribuem para promover o seu desenvolvimento integral e estimular o seu sentido de responsabilidade e solidariedade. Além do acompanhamento ao jovem privado de liberdade a equipe técnica atende também às famílias procurando envolvê-las no processo de reinserção social de seus filhos.

- Histórico do Centro Educacional Patativa Do Assaré

2002 – Unidade inaugurada em 02.04.2012 para atender adolescentes do sexo masculino em situação de internação provisória.

2006 – O CESF e CESM trocaram à clientela atendida e mudaram a natureza de seus atendimentos. O CESM passou a ser unidade de internação provisória e o CEPA passou a ser unidade de internação para adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos.

2.1.6 Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL).

Unidade de internação masculina para jovens adultos de 18 a 21 anos, autores de ato infracional de natureza grave, encaminhados por ordem judicial. A unidade tem capacidade para 60 internos e desenvolve uma programação de atividades lúdicas, culturais, esportivas e religiosas que visam apoiar e orientar o jovem no seu processo de transição para o meio aberto.

Além do atendimento personalizado pela equipe técnica nas áreas sócio-psicológica, pedagógica e de saúde, a unidade disponibiliza oficinas profissionalizantes e salas de aula, com conteúdo programático da rede oficial de ensino por meio de convênio com a SEDUC.

O trabalho técnico investe no fortalecimento dos vínculos relacionais entre o jovem e sua família e na construção de valores fundamentais ao convívio social.

O eixo pedagógico educacional profissional vem sendo desenvolvido através de parceria firmada entre a STDS e a empresa Marissol, que instalou uma unidade produtiva dentro do centro educacional. Um grupo de 68 jovens internos é selecionado, capacitado e contratado pela empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos.

Os jovens trabalhadores recebem o salário mínimo correspondente a 04 horas diárias de trabalho, sendo parte de seu salário depositado em poupança e parte entregue a sua família, caso seja de seu interesse.

- Histórico do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider

2000 – Unidade inaugurada em 17.12.2000 para atender jovens maiores de idade sentenciados com internação e adolescente de 14 a 17 anos com ato infracional grave em maior compleição física.

2001 – A partir de então os adolescentes sentenciados que se encontrava em outras unidades e que completavam 18 anos passaram a ser transferidos para o CECAL.

2006 – O CECAL é definido como unidade de internação exclusiva para jovens adultos na faixa etária de 18 a 21 anos.

2.1.7 Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CABM)

Unidade destinada ao atendimento de adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 e até 21 anos, conforme execução prevista no ECA, em regime de internação provisória, semi-liberdade e privação de liberdade, autoras de ato infracional e caminhadas por ordem judicial.

As ações direcionam-se no sentido de oportunizar, através de práticas educativas o retorno da adolescente ao seu contexto sócio-familiar, após o cumprimento da medida sócio-educativa a qual se encontra submetida.

O projeto pedagógico assegura o funcionamento sistemático de oficinas e sala de aula para as jovens em privação de liberdade e internação provisória e garantem, às semi-internadas, o seu deslocamento para cursos, trabalho e escola na comunidade ou em seu bairro de origem. Quando o programa escolar da unidade não atende o nível de escolarização da jovem, esta poderá, com prévia autorização judicial, freqüentar a escola comunitária.

Entre as atividades de rotina da unidade, realizam-se atendimentos individuais e grupais as adolescentes e familiares visitas às famílias ou pessoas da convivência da garota. Passeios e eventos comemorativos ocorrem periodicamente visando o processo contínuo de socialização da adolescente.

O trabalho técnico do CABM objetiva favorecer a criatividade das adolescentes, num nível amplo de consciência de si mesmo, do ato infracional praticado, suas causas e consequências e, ainda, seus direitos e deveres enquanto agentes participes da sociedade.

- Histórico do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota

1976 – O Centro de Reeducação Feminino/ CRF, conhecido como Triagem, recepcionava e atendia crianças e adolescentes do sexo feminino em “situação irregular” encaminhados pelo Juiz de Menores (abandono, carência e conduta anti-social, incluindo os deficientes mentais) e estava localizado no espaço onde hoje funciona o Horto de plantas medicinais, vizinho ao atual CEDB.

1979 – Transferência do CRF para o Núcleo Olívio Câmara/ NOC. Os abrigados tinham mais liberdade para o convívio social e a equipe fazia uma programação de atividades externas. Algumas abrigadas eram também liberadas para trabalhar como empregadas domésticas.

1981 – A Triagem feminina passou a funcionar em ala anexa ao NOC (prédio extinto do abrigo José Moacir Bezerra) com o nome de Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota.

1988 – Transferência da Triagem feminina e das adolescentes envolvidas com ato infracional abrigados no NOC para um espaço vizinho ao NOC, que passou a ser denominado de CEABM.

As crianças e adolescentes com deficiência mental do NOC permaneceram no mesmo espaço, passando o NOC a ser especializado nesta modalidade de atendimento.

1990 – O atendimento da Triagem feminina passou a ser realizado pela nova unidade inaugurada - Unidades de Recepção Luis Barros Montenegro – URLBM – atrás do prédio do Juizado de Menores, no bairro Benfica.

O CEABM passou a ser definido como unidade para atender, exclusivamente, adolescentes em conflito com a lei.

2.1.8 Centro de SemiLiberdade Mártir Francisca (CSMF)

Unidade de semi-liberdade masculina com capacidade para atender 40 adolescentes na faixa etária de 12 a 21 anos. A grande maioria dessa população encontra-se neste regime como progressão de medida.

O plano pedagógico da unidade prevê uma programação de atividades internas e externas, como parte do processo de preparação do adolescente para seu desligamento. A unidade dispõe de sala de reforço escolar, além de oficinas de iniciação profissional volantes e fixas – informática, jardinagem e música.

O trabalho sistemático com as famílias oportuniza a proposta da liberação do adolescente nos finais de semana para a convivência em seu espaço doméstico o que contribui para o fortalecimento dos vínculos relacionais de afeto entre eles.

Os adolescentes utilizam os recursos comunitários freqüentando a rede oficial de ensino, os serviços de saúde e espaços culturais e lúdicos. Ainda como parte do plano de atendimento personalizado a unidade mantém uma articulação direta com o Desafio Jovem e o grupo dos Narcóticos Anônimos para encaminhamento dos adolescentes, usuários de drogas que se encontram motivados a superarem a dependência química.

- Histórico do Centro de SemiLiberdade Mártir Francisca (CSMF)

2001 – Unidade de semi-liberdade inaugurada em 30.07.01 em espaço alugado pelo estado que funcionava como clínica para idosos. Por este motivo a unidade afastou-se do modelo de “presídio” comum aos outros centros para adolescentes em conflito com a lei.

2002 – Unidade inaugurada em 02.04.2012 para atender adolescentes do sexo masculino em situação de internação provisória.

2006 – O CESF e CESM trocaram à clientela atendida e mudaram a natureza de seus atendimentos. O CESM passou a ser unidade de internação provisória e o CEPA passou a ser unidade de internação para adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos.

2.1.9 Centro Educacional do Passaré (CEP)

Unidade de internação provisória para 45 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 14 anos. O tempo de permanência máxima é de 45 dias, período no qual deverá haver a conclusão do processo para apuração do ato infracional pelo Juizado da Infância e da Juventude.

O adolescente participa também de uma programação de atividades lúdicas, culturais e esportivas, assim como recebe um acompanhamento multiprofissional nas áreas sócio-psicológicas e de saúde. A educação formal é feita através de convênio com a SEDUC em escolas da comunidade, garantindo ao adolescente interno o acesso ao conteúdo programático da rede oficial de ensino.

A equipe técnica procura despertar na família o sentimento de coresponsabilidade no processo de acompanhamento de orientação do adolescente, considerando que o fortalecimento desses vínculos relacionais é aspecto significativo para o enfrentamento da situação vivenciada por ele.

- Histórico do Centro Educacional do Passaré

2010 – Unidade inaugurada em 10.08.2010 para atender adolescentes do sexo masculino com idade entre 12 a 14 anos. A unidade encontra-se no antigo prédio do espaço Viva Gente que foi dividido e cedido parte para atender adolescentes em conflito com a lei.

3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO PARA A APREDIZAGEM NOS CENTROS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

A educação física quando foi integrada ao sistema nacional ensino nas escolas em 1981, colocou a disciplina numa posição ambígua. Ela teve de se adaptar à sua nova situação de disciplina de ensino como as demais sem romper com seu conceito sociológico. Manteve-se, portanto, fiel à crença da importância cultural de um ensino esportivo tradicional, representado pela didática de cada atividade, sofrendo toda a influência das correntes pedagógicas contemporâneas, por isso é preciso distinguir entre a situação pedagógica de aprendizado integrada a um método didático em função de um programa educativo, e o aprendizado espontâneo e inconsciente realizado ao longo das ações da vida cotidiana, da atividade de exploração livre e da atividade lúdica.

Para Le Boulch, (2008) o resultado do aprendizado metódico é a aquisição de habilidades motoras cujas características diferem conforme seu modo de aprendizado. Elas oscilam entre dois pólos: rigidez e plasticidade, que estão presentes nos dois níveis de aprendizado: aprendizado perceptivo-motor, que é adquirido a partir do confronto do aluno com a situação-problema, que implica uma livre apreensão da informação. Somente o objetivo a ser alcançado é determinado, a fim de que o sujeito tenha consciência de si da maneira mais clara possível. As ações realizadas para atingir essas metas permanecem inconscientes.

O aprendizado cognitivo, que implica duas obrigações: a consciência do objetivo a ser alcançado e a representação mental do modelo a ser integrado, o que o diferencia do condicionamento ativo de Skinner (1970).

A Educação Física nos Centros Educacionais para adolescentes em conflitos com a lei é de suma importância para sua ressocialização mesmo que aplicado de forma lúdica os alunos aprendem a respeitar as regras esportivas e sociais bem como conviver com diferentes grupos sociais em harmonia, ainda que sejam por algumas horas durante as aulas práticas, torneios e outras atividades coletivas proporcionadas pelos Centros Educacionais.

O Professor de educação física precisa de uma estrutura maior do que as demais para desenvolver o aprendizado dos alunos, como quadra poliesportiva, campo de futebol, salão de jogos e materiais esportivos. A falta desses equipamentos juntamente com a falta de manutenção nos já existentes, bem como a falta de professores formados e preparados para atender a clientela de educação de jovens e adultos (EJA) pode interferir na aprendizagem do aluno.

É desta forma que acontece à aprendizagem dos alunos tendo o professor como intermediário, que faz a ponte entre essas atividades e a vida social do aluno, transformando atividades lúdicas e esportivas em aprendizado, os quais lhe serão úteis na sociedade extra muros, tornando-os aptos a estudar, trabalhar e conviver em sociedade. Para Daólio, (1986) a Educação Física deve permitir ao adolescente, uma continuidade de seu desenvolvimento global, a fim de fazê-lo descobrir a pluralidade e a riqueza de movimentos que seu corpo lhe possibilita, obtendo assim mais oportunidades para se conhecer e enfrentar a vida presente e futura. Uma Educação Física que propicie ao adolescente a aprendizagem sistemática de esportes, uma vez que, através deles, o adolescente pode aprender e praticar normas sociais que lhes serão de grande utilidade em sua vida adulta.

A aprendizagem é um fator muito importante neste contexto que tem o professor como agente de transformação, e deve contar com mecanismos adequados para ministrar suas aulas com qualidade e aprimorar o conhecimento dos alunos, como salas de aulas, materiais didáticos e técnicos para mostrar a importância da qualificação do profissional de educação física no desenvolvimento dos alunos da EJA no contexto social que o mesmo está inserido e no contexto em que ele irá inserir se, quando retornar à sociedade parte importante na formação do indivíduo adulto, portanto a proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no estado do Ceará serve para orientar quem atende essa clientela de educação especial. Neste documento está contido a proposta pedagógica dos centros educacionais para menores em conflitos com a Lei do Estado do Ceará, que vem com um avanço nas medidas sócioeducativas junto com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atuam no estado para combater esse problema social que acontecem no país, as grandes cidades sofrem porque acolhem adolescentes vindos do interior do estado, sem escolarização, com faixa etária que vai dos doze aos vinte e um anos, para ter aulas em sistemas de educação de jovens e adultos (EJA).

A partir das pesquisas realizadas em visitas aos Centros Educacionais, foi verificado uma grande diferença entre a teoria e a prática pedagógica nos centros educacionais. Cada centro trabalha de um jeito, sem interação entre eles. A proposta pedagógica serve para nortear estas ações, e cabe a todo gestor de unidades junto com os pedagogos dar conhecimento da proposta pedagógica a todos os funcionários da instituição, porque de certa forma todos os funcionários dos centros são educadores, e dão exemplos que o trabalho é uma ferramenta importante que junto com a educação pode transformar o ser humano. Vivendo e aprendendo, aprendendo e melhorando o jeito de viver dos internos, com essa perspectiva a proposta se desenvolveria por si só, vencendo o grande desafio da comunicação entre os setores do centro educacional possibilitando que todos pensem, criem, critiquem e expressem suas idéias dentro da linha da proposta pedagógica, para que todo o centro educacional tenha a sua identidade e trabalhe junto com os demais para desenvolver seus programas educacionais com qualidade, buscando resultados que serão vistos na sociedade.

Numa breve análise da proposta pedagógica de Carmo e Nogueira Neto (2002), que tem como diretriz sete programas básicos que servem de orientação para funcionamento didático dos centros:

ESCOLARIZAÇÃO - Vivendo um currículo interessante e criativo. Esse programa busca através de projetos escolarizar os internos, uma vez que o mesmo chega ao centro educacional sem a cultura de estudar, e o projeto visa integrar o interno ao mundo social da escola. Tem como orientação pedagógica os autores Paulo Freire, com sua pedagogia libertadora; Vygotsky, com processos psicológicos mais elevados como a aprendizagem e o desenvolvimento; Wallon, com idéias que iluminam a presente proposta pedagógica, para dar suporte a proposta pedagógica tem um convênio com a Secretaria de Educação Básica do Estado (SEDUC), que dispõe professores lotados por área de conhecimento, linguagens e códigos, ciências naturais e matemática, e ciências humanas, para atuar na EJA nas seguintes condições.

Para conclusão do ensino fundamental:

- Educação inicial (alfabetização até a 4ª série ou 1º e 2º ciclos): um ano ou doze meses.

- Séries terminais (5ª a 8ª série ou 3º ou 4º ciclos): um ano ou doze meses.

Para conclusão do ensino médio: um ano e meio ou dezoito meses.

No caso de o adolescente, antes de cometer o ato infracional, esta cursando regularmente o ensino fundamental ou ensino médio e optar por dar continuidade a estes estudos, a equipe técnica da instituição educativa fará as devidas articulações com a escola em que este adolescente está matriculado, para acertos quanto aos procedimentos necessários. Definindo-se o envio dos trabalhos escolares, os professores da instituição educativa apoiarão o adolescente para que sua vida escolar anterior não sofra prejuízo de continuidade para suas competências e habilidades básicas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Aprendendo a ser produtivo e empreendedor.

Este programa constitui o principal veículo do trabalho com princípio educativo e método, ou seja, como princípio organizador do currículo devendo estar plenamente integrado as ações do programa de escolarização.

Adota-se o trabalho como umas das principais atividades humanas, tendo-o como método na perspectiva de campo de preparação para escolhas profissionais futuras, espaço de exercício de cidadania e processo de produção de bens, serviços e conhecimentos.

Com a compreensão que a partir da década de 80, novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho, sabe-se de que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu desenvolvendo-se e empregando-se tecnologias complexas agregadas à produção e a prestação de serviços. Em consequência, veio a exigência de melhor formação geral dos trabalhadores e de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir com situações novas e em constante mudança. À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe, a autonomias das tomadas de decisões, mediadas por novas tecnologias da informação. As mudanças aceleradas do sistema produtivo exigem permanentemente atualização das habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais.

Hoje, a educação profissional requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, a valorização da cultura do trabalho e o desenvolvimento de um pensar flexível capaz de orientar desempenhos no mundo do trabalho em constante mutação e permanente desenvolvimento.

Neste sentido, é fundamental a preparação do educando para esse mundo do trabalho. Nesta preparação se insere noções gerais sobre o papel e o valor do trabalho, os produtos do trabalho, as condições de produção, as relações que se estabelecem no mundo do trabalho. É, também, muito importante o desenvolvimento de competências básicas como aprender a aprender e o domínio de linguagens, como a língua materna, pelo menos uma língua estrangeira moderna, a linguagem matemática e a informática.

Por outro lado, é necessário que a instituição educativa se mantenha “antena” com as exigências do mercado de trabalho, para ofertar uma capacitação profissional, na própria instituição que responda a essas exigências, favorecendo para que os educandos tenham possibilidade de inserção nesse mercado, formal e/ou informal. Para maior facilidade dessa inserção é fundamental a realização de parcerias com instituições públicas e privadas que incluam a realização de cursos e o encaminhamento dos educandos ao mercado de trabalho: SENAI, SENAC, SINE, IDT, CTA. É, também, essencial que o poder executivo articule com o juiz e o ministério público no sentido de fomentar articulação em rede (especialmente no interior do estado).

O conceito trabalho nas medidas sócio educativas precisa de um respaldo jurídico, pois como citado no início do texto, os centros educacionais atendem jovens de 12 a 21 anos de idade, a partir dos 16 anos de idade o interno pode ser inserido no programa Menor Aprendiz, o restante que fica abaixo desta faixa etária atuam em regime de oficina com ênfase em artes como pinturas, artesanatos, tecelagem, música e esporte.

ARTE – Educação e Cultura: “Fazendo arte” com arte, estética e ética.

Por meio deste programa imprime mais cor, som, movimento, alegria, vida à ação da instituição educativa. O objetivo é “fazer arte”, com arte, estética e ética. Isso significa aproveitar de forma inteligente a energia e juventude dos educandos, canalizando estes potenciais para um “fazer arte” saudável e criativo.

Para tanto, é preciso que o gosto por “fazer arte” do adolescente encontre sentido em um “fazer arte” que o ocupe física e mentalmente desenvolvendo o seu pensamento artístico, percepção estética, sensibilidade e imaginação. É necessário que esse adolescente dirija seus sentimentos e emoções para a produção e fruição da arte, produzindo arte, dá asas à imaginação, cria, revela-se e desvela um mundo mais humano e, por isso mesmo, mais belo; fruindo arte, aperfeiçoa seu senso estético e aprende a apreciar e valorizar o trabalho artístico seja sua própria produção seja o de outros produtores artísticos.

A arte ajuda a tornar a mente flexível, o que é uma condição fundamental para aprender. Por isso é muito importante que, favorecendo um ambiente propício à produção e fruição da arte, seja oportunizando aos educandos maior oportunidade de êxito no processo de ensino e aprendizagem que a instituição educativa promove. Para melhor aquilatar o valor desta afirmação, vale transcrever o que está expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

“O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida.” (PCN – Arte, p.21).

ESPORTE E LAZER: Vivendo saudável e criativamente.

Nesta proposta pedagógica, em que se objetiva criar um ambiente educativo e prazeroso, atividades lúdicas têm, também, espaço privilegiado.

Como parte da educação física este programa integra-se ao programa de arte-educação e cultura, objetivando o desenvolvimento de uma cultura corporal na qual são praticadas atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos e emoções e, ainda, uma intenção de promoção, recuperação e manutenção da saúde.

Este programa é o palco das manifestações culturais do jogo, esporte, dança, ginástica e luta, tendo como pano de fundo o pleno exercício da cidadania. O

desenvolvimento da autonomia pessoal, cooperação, participação social e afirmação dos valores e princípios democráticos defendidos nesta proposta pedagógica norteiam a realização das atividades que são próprias do programa. A lealdade e a não violência, assim como a formação de equipes e times que buscam objetivos comuns serão insistentemente perseguidas. Aprender a ganhar, mas, também, aprender a perder, faz parte do processo educativo. Viver o papel de jogador, atleta, enfim, sujeito da ação é um lado da moeda. O outro é viver o papel do espectador. É importante oportunizar a importância dos dois papéis.

É preciso que todos tenham possibilidade de participar de alguma atividade do programa. Por isto é necessária a diversidade dessas atividades. Deve haver opção para diferentes gostos. Partindo dos jogos populares (bila, pião, pula corda, elástico, carimba...) e abrindo oportunidades para brincadeiras da cultura regional, futebol de poeira, futebol de salão, basquete, voleibol, handebol, tênis de mesa, karatê, capoeira, damas, xadrez..., é possível atender a todos. Isto é fundamental assim como é muito importante, com sutileza, buscar adequar a atividade à necessidade educativa do educando. É preciso atenção para trabalhar a agressividade de uns, a covardia de outros o retraimento de outros mais. Cumpre lembrar que isso implica em adaptar a prática ao educando, e não o educando a prática.

Esse programa teve bastante êxito, no ano de 2010 em reunião com técnicos da Secretaria do Trabalho do Desenvolvimento Social (STDS), foi criado o plano bienal de esportes, artes e educação nos centros educacionais para adolescentes em conflitos com a Lei, que determinava que houvesse reuniões mensais nos centros educacionais para criar e avaliar projetos realizados, com a presença dos técnicos da STDS, professores de educação física, técnicos em esporte e pedagogos das unidades, dentre os projetos destaca-se: dia da integração, que juntava família, internos, funcionários e comunidade em torneios esportivos de várias modalidades; dia do desporto educacional em homenagem ao dia do educador físico, 1º de setembro com a participação da família, internos, funcionários, comunidade e autoridades com torneios e um ato cívico, hino nacional e hasteamento da bandeira do Brasil.

COMUNIDADE FAMILIAR: O saber e a experiência integrados.

Os educadores sabem quanto uma família que acompanha o desenvolvimento educacional do filho ou dependente faz a diferença, no processo e nos resultados. Este acompanhamento familiar é, por outro lado, decisivo quando ocorre desde a infância e segue

no decorrer da pré-adolescência e adolescência, fazendo acontecer à chamada educação doméstica tão importante no maior equilíbrio emocional da criança e do jovem.

Sabe-se, contudo, que muitos pais, biológicos ou adotivos, não têm a menor condição de educar seus filhos e, em razão disto, muitas vezes contribuem para os desajustes que ocorrem.

É importante reconhecer que as mudanças sociais que vêm ocorrendo no mundo moderno alcançaram à instituição família, na sua estrutura e nas suas relações. Hoje, é preciso considerar as novas formas de organização familiar e trabalhar com elas, no sentido de conquistar sua efetiva parceria na educação do adolescente. Para tanto, há que ser desenvolvido um processo educativo, também interessante e sedutor, que melhor prepare essa família para compartilhar a ação educativa daqueles por quem são responsáveis. Cumpre apostar nesta possibilidade como forma até de reatar e fortalecer laços afetivos. Vale, para tanto, criar ambientes e tempos que facilitem a participação comprometida de cada um. Será muito mais significativo o processo desencadeado, e mais provável o êxito, se for conseguido o compromisso do adolescente tanto quanto os de seus familiares. Possibilitando a inclusão de dos programas de educação profissional, arte-educação e cultura, e esporte e lazer, tornando criativa, contextualizada, motivadora e significativa à ação da “escola” de pais. Parte dessas atividades pode ser específica aos familiares dos adolescentes e outras devem integrar adolescentes e familiares em especial quando se tratar de ação lúdica (torneios, mostras, festividades, etc.) que, pela sua natureza somará na maior aproximação e fortalecimento dos laços afetivos entre eles familiares e adolescentes.

Através deste programa criou-se a família no centro educacional, onde os familiares passavam o dia com os internos em atividades culturais, lúdicas e ecumênicas para promover a afetividade e a espiritualidade dos internos junto com a família.

FORMAÇÃO CONTINUADA DO PESSOAL: Tecendo no cotidiano a formação de educadores.

A implementação desta proposta pedagógica requer um processo de formação continuada de todos os profissionais que atuam na instituição educativa.

Há necessidade de que todos, da direção às equipes de apoio, conheçam essa proposta e internalizem que, em paralelo às atribuições de cada um, assumem, como essência como trabalho a realizar, o papel de educador.

Portanto, o processo de formação de todo o pessoal tem início no estudo desta proposta pedagógica, visto que sua operacionalização exige mudança de concepção no tocante aos fundamentos que nortearão o processo educativo. Embora estas mudanças já venham ocorrendo entre os profissionais que trabalham com adolescentes em conflito com a Lei, é muito importante que haja unidade quanto às concepções adotadas e que todos tenham consciência da missão da instituição educativa, percebendo-se como partícipe dessa missão.

CIRANDA DA INTEGRAÇÃO: Rede de atendimento, família e comunidade em comunhão de esforços.

Este programa visa conscientizar e sensibilizar a comunidade para integração do adolescente em conflito com a lei ao meio social.

É tarefa da ciranda da integração desenvolver atividades que aproximem a comunidade do entorno das instituições educativas, que constituem a rede de atendimentos desses adolescentes, para que conheça o trabalho ali realizado e dele participe de forma voluntária.

De um lado, a ciranda da integração tem a intenção de envolver as instituições das diferentes comunidades onde se localizam as instituições da rede de atendimento formando uma grande rede de parceiros (igrejas, escolas, mídia, família de egressos...) que participam do dia a dia da instituição educativa, colaborando no desenvolvimento desta proposta pedagógica.

De outro, estes parceiros também colaboram, abrindo portas na comunidade para absorção dos adolescentes egressos das medidas sócio educativas em meio fechado, e apoiando as famílias desses adolescentes.

Com tudo, a proposta pedagógica mostra o interesse do estado em educar jovens em conflito com a Lei, mais há necessidade de adequá-la aos dias de hoje, pois foi criada em

2002 pelos técnicos da Secretaria do Trabalho e da Ação Social (SETAS), hoje Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

A atualização da presente proposta contaria com professores e pedagogos dos centros educacionais para nova perspectiva da educação para privados de liberdade com projetos e programas adequados ao Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE) – Lei nº. 12.594 sancionada em 18 de janeiro de 2012, uma correção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) transformado em Lei para que seja cumprido, como acontece com muitos direitos no nosso país.

3.1 A Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os Direitos Humanos são mais amplos, porém no Brasil, muitas vezes não suplantaram ainda o papel. Em relação aos Adolescentes em cumprimento de MSE de Privação de Liberdade esporadicamente uma comissão de políticos aparece nos Centros Educacionais para uma visita rápida, onde somente avaliam se a estrutura física do local esta adequada. Nestas comissões em geral não consta professor, pedagogo, não possui um profissional da área de educação que possa avaliar como esta acontecendo com os processos educacionais *per si*. A educação é um direito universal, assim sendo é uma ferramenta muito importante para a liberdade que o interno terá que conquistar e manter em uma sociedade que não acredita nele.

Como acontece nos grandes centros urbanos a maioria desses jovens vem dos bairros da periferia, onde, muitas vezes, não há liberdade para os moradores que não podem sair de casa á noite, ou chegar da escola e do trabalho á noite sem que esse pequeno ato de ir e vir se torne uma aventura. A falta de segurança pública e de serviços essenciais como os de iluminação pública que fazem parte dos direitos que os cidadãos possuem. Mesmo na capital, viver de forma normal é uma tarefa desafiadora, apesar de boa parte das pessoas cumprirem com seus deveres de pagar seus impostos, apesar de não saberem para onde vai esse dinheiro (Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948).

Destaque-se que esta questão social não determina o ato infracional, vez que o adolescente comete atos lesivos em todas as camadas sociais, porém nas mais abastadas não conta com meios de encobrir delitos ou ser adequadamente defendido muitas vezes, razão pelo que não chega aos Centros educacionais.

Enquanto isso, no interior percebe-se na população um sofrimento ainda maior, principalmente no que desrespeito a seca. O cidadão não tem comida para comer e água para beber, vive com a insegurança e a falta de escola com boa estrutura e professores preparados para atuar na área que escolheu com salários indignos, e materiais pedagógicos inadequados para ministrarem suas aulas com qualidade, isto é, mais um direito entre tantos que é negado a população carente.

Fazendo um paradoxo entre direitos e educação nos centros educacionais para adolescentes em conflito com a lei, destacamos a dificuldade do professor para explicar ao interno que o mesmo perdeu o principal direito humano que é a liberdade. É dito que ele não tem mais o direito de ir e vir, uma vez que cometeu delitos que lesou a sociedade, a qual ele não pertencia, e que ele agora faz parte da sociedade entre muros e a educação é a porta que ele tem que abrir para sair desta sociedade, pois pequena parte dos internos quer estudar, e nem todos tem essa oportunidade de se apropriarem desse direito, mesmo sendo um dever que o interno tem que cumprir como determina a Lei nº. 12.594 sancionada em 18 de janeiro de 2012 (Constituição Federal), Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE), muitas vezes por ignorância, falta de cultura e de estudo, uma vez que jovens de 12 a 18 anos chegam aos centros educacionais sem saberem ler e escrever. Em contra partida a maioria dos centros educacionais não tem estrutura física para um ambiente pedagógico, falta preparo ao professor com cursos de capacitação para atuar na área socioeducativa.

O professor é contratado por tempo determinado e colocado em uma sala precária que na maioria das vezes não têm materiais básicos para dar aulas das disciplinas convencionais. Como falar em “direitos” quando a formação dos professores nunca abordou tal assunto, ou seja, eles não foram preparados para trabalhar com “bandidos”, termo usado pelos internos, que acreditam ser essa a visão que a sociedade tem deles.

A necessidade de uma reforma no sistema pedagógico dos Centros Educacionais para adolescentes em conflito com a lei deve passar não só pela parte física, mas também por

todos os funcionários desde o diretor até os serviços gerais da unidade socioeducativa, dando-lhes noção de ética, cidadania e respeito à educação e seus profissionais, criando mecanismos que torne possível aplicar suas aulas além de dar autonomia e informações ao pedagogo da unidade a cerca dos anseios da vida dentro dos blocos de contenção, onde os internos passam a maior parte do tempo, cumprindo medidas socioeducativas.

Assim, quando houver interação entre as partes o trabalho pedagógico será realizado, ficando mais fácil para os professores discutirem com os internos sobre direitos e deveres que é dado ao socioeducando nos centros educacionais e a educação de jovens e adultos (EJA), que é de fundamental importância para a construção social desses adolescentes que são carentes de informações úteis, hábitos saudáveis e noções de moral e ética, pois para eles esses termos não existem e o professor fica encarregado de passar para os alunos esses e tantos outros temas que os internos usarão quando sair dessa situação de socioeducando, e para sair dessa situação depende exclusivamente dele que enquanto estava internado no centro educacional cumprindo medidas socioeducativas recebeu informações direcionadas para a formação de seu caráter e a (EJA) faz parte na formação deste caráter. Ensinar o interno a ler e escrever é dar-lhe cidadania, instrução para o convívio que o mesmo vai enfrentar em suas atividades sociais (Carmo e Nogueira Neto, 2002).

A EJA representa para esses alunos a segunda chance de obter informações educativas e didáticas que eles não tiveram no tempo certo, no período da infância, quando estavam desenvolvendo o sistema PCA (Psicomotor, Cognitivo e Afetivo), sendo que a primeira chance os mesmos tiveram quando iniciavam suas atividades pedagógicas, pois muitos deles tiveram a oportunidade de frequentar uma sala de aula com um número de alunos reduzidos que propiciava ao professor a condição de dar uma atenção individualizada para o aluno, o que permite que o mesmo possa interagir e expressar suas opiniões e comentar sobre seu mundo e o que ele gostaria de mudar em sua vida. Para (Freire, 1979,p.26):

“Todo o debate que se coloca é altamente crítico e motivador. O analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-la na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos consciente. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. Implica não em uma

memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial - coisas mortas ou semimortas, mas uma atitude de criação e recreação. Implica uma auto formação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Isto faz com que o papel do educador seja fundamental para dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os meios com os quais possa se alfabetizar”.

A educação física é uma disciplina da grade curricular de ensino como todas as outras e esta presente na EJA para contribuir com a educação desses alunos. Mesmo tendo sido criada com o intuito de alfabetizar a mão de obra carente que não se alfabetizarão no tempo certo e por ser uma exigência do mercado de trabalho, verifica-se que a EJA vai além de ensinar a ler e escrever, ela abre possibilidades para que todas as disciplinas mostrem sua contribuição na formação do individuo e a educação física atua nessa formação humana abrangendo assuntos que não são pertinentes nas outras disciplinas como meio ambiente, qualidade de vida, moral, ética, expressão corporal, atividades coletivas, higiene corporal e do meio onde vivemos, noções de anatomia e conhecimento do corpo, cidadania, DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e outros muitos assuntos ligados a educação formal desses sujeitos que frequentam a EJA.

A educação física demonstra esses temas de varias formas: a lúdica trabalha com jogos e brincadeiras que dão sentido a aprendizagem dos alunos; a teórica trabalha com auxilio de livros paradidaticos, cartazes, filmes e praticas onde os alunos podem demonstrar com mais liberdade suas habilidades e competências, não só na área desportiva, mas também na área artística como desenho, pintura em cartolina, dança, música e expressão corporal como a exemplo da capoeira que é uma luta coreografada com uso de instrumentos musicais artesanais como o berimbau, o atabaque, o pandeiro e o samba de roda que pode ser feito com esses instrumentos, esse artifício foi usado com sucesso na modalidade de (EJA) para comunidades quilombolas no estado de Alagoas, as cantigas de rodas com temas regionais tiveram êxito na comunidade de pescadores no interior do estado do Rio de Janeiro e o artesanato com palhas em aldeias indígenas no estado do Pará (Freire, 1979).

Essas modalidades de (EJA) atuam como instrumento de inclusão social nas comunidades carentes sem interferir na cultura e no modo de vida dessas pessoas que não tiveram essa oportunidade antes. Trabalhando letramento e construindo uma sociedade onde

todos posam ler e escrever, e apesar de essas atividades acontecerem em outros estados brasileiros, porém, não há tanto interesse por parte dos meios de comunicações na divulgação dos acontecimentos em torno da (EJA) e a educação física, entretanto ambas vão cumprindo seu papel em meio às adversidades que são encontradas na sociedade brasileira e seguindo firmes com os propósitos da educação de jovens e adultos.

A educação no Brasil passou por varias mudanças desde o inicio de sua historia, com a colonização Portuguesa houve a necessidade de conhecer valores científicos e a leitura era a forma mais rápida e confiável da época, mais esse privilégio só era concedido à elite vinda de Portugal por volta do século XVI (Gomes, 2009).

Com a chegada da Revolução Industrial, no século XVIII, mudou a concepção de mão de obra no mundo, deixando de lado a manufatura e entrando no sistema de linha de produção. No Brasil chega por volta do final do século XIX e inicio do século XX, então houve a necessidade de adquirir mão de obra qualificada em grande quantidade, isso em um país em que a grande quantidade necessária para realizar esse tipo de trabalho não pertencia à elite, ou seja, há cem anos atrás ainda não existiam políticas públicas para a educação da grande massa, que em parte era composta de jovens e adultos que as (diretrizes curriculares da EJA-2006,p.7) demonstra no seguinte trecho:

Estas Diretrizes são destinados aos educandos jovens, adultos, e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição sócioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras.

Ao se referir a modalidade de ensino (EJA) e reconhecendo-os como sujeitos de sua historia, indica preocupação com o ensino voltado a princípios mais críticos e históricos.

Em 1934 foi instituída na constituição brasileira a obrigatoriedade do ensino básico gratuito para todos. Com a Revolução Industrial, aumentou a demanda de mão de obra especializada, que neste tempo era saber ler e escrever para operar as máquinas industriais, esse fator contribuiu para criação da modalidade de ensino denominada de educação de jovens e adultos. Na época, também, vigorava uma Lei que obrigava que todos os eleitores fossem alfabetizados e assim com a educação de jovens e adultos, a tendência seria um aumento

significativo no eleitorado. Entretanto, somente em 1946 começou a impulsão para a realização de políticas públicas para a educação de adultos, sendo ofertado ainda apenas o ensino básico. O ginásio passou a ser ofertado por volta da década de 60 (Gomes, 2009).

Após a década de 1950 a educação tem um ganho através da proposta da pedagogia construtivista de Paulo Freire, que com o golpe militar de 1964 ficou exilado no Chile. O governo ditador e militar em 1967 cria um sistema de educação com caráter centralizador e doutrinário chamado MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), e por manter essa linha muitas pessoas não conseguiram alcançar seus objetivos de se alfabetizar (Gomes, 2009).

Com o fim da ditadura o MOBRAL desaparece e surge a Fundação Educar (Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos). No início, a educação de jovens e adultos ou ensino supletivo tinha caráter temporário, como afirma as diretrizes curriculares da EJA:

O ensino supletivo foi apresentado, em princípio, como uma modalidade temporária, de suplência, para os que precisavam comprovar escolaridade no trabalho e para os analfabetos. Porém, tornou-se uma forma de ensino permanente, de oferta necessária, considerando a crescente demanda (p.9).

Quando houve a proposta de ensino para adultos no início do século XVII, para tentar alfabetizar o maior número possível de adultos com o intuito de adquirir mão de obra barata, letrada funcional e podendo votar em quem o “patrão” mandasse era perfeito para os moldes políticos da época. Com tudo, não paravam de aumentar o número de adultos analfabetos, pois muitas crianças deixavam de estudar para trabalhar para ajudar nas despesas de casa, e assim, em pouco tempo se tornavam adultos analfabetos. Devido a esse fato a educação de jovens e adultos tornou-se permanente. (Gomes, 2009).

No final da década de 1980, o MEC (Ministério da Educação) descentraliza o poder sobre as políticas educacionais destinadas a jovens e adultos. Surge então o CES (Centro de Estudos Supletivos), CEEBJAS (Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos) e os NAES (Núcleos Avançados de Ensino Supletivo). Com a abertura política e a criação desses centros foram implantados vários programas educacionais da

modalidade, por exemplo, em 1990 a EJA chega às instituições penitenciárias e pouco tempo depois para aos Centros Educacionais para Adolescentes em conflito com a Lei, ainda com a nomenclatura de FEBEM (Fundação Estadual para o Bem do Menor) (Gomes, 2009).

A lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996 consolida a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino de educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio com especificações próprias como em (Brasil, 2000). Ressalta a EJA como direito e substituíram a idéia de compensação pelos princípios de reparação e equidade, ainda regulamenta a realização de exames oferecendo o ensino fundamental para maiores de 15 anos e o ensino médio para maiores de 18 anos. Neste contexto, as diretrizes curriculares nacionais expressam a função social da educação de jovens e adultos, que antes era voltada para mão de obra qualificada e com o passar do tempo e as mudanças nas concepções de ensino, o objetivo da modalidade de ensino passa a ser a formação de cidadãos com consciência crítica, destacando valores éticos, políticos e desenvolvendo intelectualmente o caminho deste sujeito rumo à autonomia em qualquer lugar que seja, em presídios, em Centros Educacionais para adolescentes em Conflito com Lei, favelas, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, comunidades caiçaras e onde tiver pessoas dispostas a aprender (Gomes, 2009).

As vivencias nestas comunidades serviram para traçar um perfil dos alunos da EJA e possibilitaram aos professores planejar suas aulas levando em conta a cultura e os costumes dos alunos que por vários motivos não puderam continuar seus estudos e serviram também para propor três eixos articuladores do currículo na EJA, que são: a cultura, o trabalho e o tempo.

A cultura deve ser compreendida como uma forma de relação interpessoal construída ao longo dos anos por sociedades que cultivam crenças, tradições, que refletem nos pensamentos e conhecimentos produzidos pela sociedade.

O trabalho, como eixo, deve ser compreendido como um modo de produção dos bens necessários à existência de nós seres humanos através da modificação da natureza adaptando-a as situações necessárias.

O tempo, como eixo articulador é muito importante, porque toda estrutura escolar necessita de tempo e espaço para cumprir com sua função, pois por meio deste que se empregará um ritmo no processo de ensino aprendizagem e este ponto é essencial ao estudante da EJA, que na maioria das vezes trabalha o dia todo e somente à noite pode se dedicar à escolarização (Gomes, 2009).

CONCLUSÃO

A educação física teve ganhos nos últimos tempos, deixou de ser uma simples atividade física e virou ciência respeitada dentro da área de saúde sendo usada principalmente para melhorar a performance dos atletas de alto rendimento, iniciação desportiva, condicionamento físico e relaxamento como acontece em vários segmentos a exemplo da ginástica laboral muito usada em escritórios, comércio e indústria.

Na educação formal a educação física também teve êxito com sua entrada na grade curricular das escolas, demonstrando sua importância junto as demais disciplinas e criando sua identidade na área de educação e realizando pesquisas voltadas diretamente para essa área, desenvolvendo um conceito de educação física escolar que tem sua atuação pedagógica na área linguagens e códigos que permite que o profissional de educação física atue em programas sociais como aplicar aulas em Centros Educacionais para Adolescentes em Conflito com Lei, programa implementado pela Secretaria Básica de Educação (SEDUC) que leva a escola para dentro dos centros educacionais e presídios onde atende pessoas que atingiram a maior idade.

A iniciativa de programas educacionais para os centros de privação de liberdade aponta a preocupação do poder público em alfabetizar essas pessoas, mesmo na faixa etária que se encontram no momento e dar-lhes ainda o direito previsto na Constituição Federal que é o direito à educação, devolvendo assim um pouco de dignidade a homens e mulheres que vivem a margem da sociedade, vindos de diversas classes sociais, onde independente disso e mesmo sabendo ler e escrever faltam-lhes noções de moral, ética e respeito a sociedade em que vivem, fazendo-os passar por essa experiência de viver aprisionado, onde na maioria das vezes, essa vivência já vivido por eles no seu cotidiano.

O centro educacional tem a missão de acabar com esse estigma, por isso tenta levar esse interno ao convívio social ainda dentro dos centros educacionais que para isso promovem eventos e contam com a presença de pessoas de vários segmentos da sociedade que ajudam a realizar o resgate desses sujeitos para que eles sejam inseridos novamente na sociedade com direitos e deveres que cabem a todo cidadão.

A educação deu um salto importante quando mudou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de programa temporário para programa definitivo, principalmente para quem está em privação de liberdade, uma vez que no Brasil só cumprem medidas socioeducativas em regime de internação a partir de 12 anos de idade, quando a grande parte de internos fica numa faixa etária de 15 a 20 anos de idade. Esse fato dificulta que o aluno aprenda o processo de letramento nos moldes normais que é durante a infância, de forma lúdica e sem compromisso com resultados.

A modalidade de ensino EJA tem essa diferença, alfabetiza o aluno de forma construtiva onde ele se alfabetiza a partir de informações de sua cultura social. Isso vem gerando grande aceitação dos alunos, o que é mostrado nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que é aplicado nas unidades de internação por uma equipe do Ministério da Educação e Cultura com o apoio da Secretaria de Educação do Estado.

REFERÊNCIAS

- BARBANTI, Valdir. **O que é Educação Física**. Ribeirão Preto, [entre 2005 e 2010]. Disponível em: <<http://www.eeferp.usp.br/paginas/docentes/Valdir/O%20que%20e%20Educacao%20Fisica.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2012.
- BARBOSA, Cláudio Luis de Alvarenga. **Educação Física e Didática: um diálogo possível e necessário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei Federal nº. 8.069 de 30 de julho de 1980.) Brasília Gráfica do Congresso Nacional, 1990.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo** (Lei Federal nº. 12.594 de 18 de janeiro de 2012) Brasília Gráfica do Congresso Nacional, 2012.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília, MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CEARÁ. Secretaria da Ação Social. **Proposta de Atendimento ao Adolescente em conflito com a Lei no Ceará**. Ceará - 2002.
- CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Célula das Medidas Socioeducativas**. Ceará – 2009.
- DAÓLIO, J. **A importância da educação física para o adolescente que trabalha uma abordagem psicológica**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. São Paulo, 1986.
- _____. **Educação física brasileira: Autores e atores da década de 1980**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- DIAS, Katia Pedreira. **Educação Física x Violência – Uma abordagem com meninos de rua**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo, PAZ E Terra, 1996.
- GOMES, M. C. F. et al. **Análise documental sobre Educação Física na Educação de Jovens e Adultos**. Paraná, julho 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral4.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2012.
- LE BOULCH, Jean. **O corpo na escola no século XXI**. São Paulo: Phorte, 2008.
- MOLL, Luis C. **Vygotsky e a Educação: Implicações Pedagógicas da Psicologia Sócio-histórica**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- PIAGET, Jean. **O raciocínio na criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- SADI, Renato Sampaio. **Pedagogia do esporte: descobrindo novos caminhos**. 1.ed. São Paulo: Ícone, 2010.
- SKINNNER, B. F. **Ciência e Corpo Humano**. 2ª Ed. Brasília: Fundação brasileira para o desenvolvimento de Ciência, 1970.
- WALLON, H. **A Evolução Psicológica da Criança**. Lisboa: Edições 70.
- _____. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.